



Comício em Brasília

Luta por diretas-88 ganha força

O Showmício do dia 7, em Brasília, atraiu mais de 20 mil pessoas, dando mostras de que a campanha mobiliza e entusiasma o povo. P. 3

EDITORIAL

Primeira vitória

O primeiro combate de rua pelas eleições em 88 foi amplamente vitorioso. O governo, já desesperado, usou seis mil soldados da PM, dos fuzileiros navais e do Exército, armados até os dentes, oito blindados "urutu" e "casavel", além de agentes infiltrados na multidão. O povo, entre 20 e 30 mil pessoas, foi para a refrega com faixas, cartazes e muito entusiasmo, unido pela palavra de ordem: "Fora Sarney, diretas 88".

Agora, pelos meios de comunicação, a burguesia e o governo tentam desmoralizar a manifestação. Mentrosamente, alguns jornais dão manchete dizendo que o ato desapoiou os seus próprios organizadores, outros destacam unicamente o fato das vaias ao PMDB, no intuito descarado de atrair os setores progressistas deste partido que compareceram ao comício com as outras correntes. A televisão evitou por todos os meios transmitir a vibração popular, assim como não permitiu que suas câmeras mostrassem o número elevado de participantes.

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, que a cada dia se revela mais avesso à democracia, declarou que o comício foi "pobrezinho" - mas mesmo com os grandes espaços da cidade, não deve ter conseguido evitar que os gritos dos trabalhadores condenando o governo entrassem com força pelas janelas de seu gabinete.

O presidente Sarney mandou recado, através de seus auxiliares, que a "pressão não o fará rever a posição de permanecer por cinco anos no governo". Em 1984, o general Figueiredo adotou atitude semelhante e comparou os comícios das diretas-já com a "dança da chuva". Saiu todo molhado. Sarney ainda fez saber que vai acompanhar o comportamento dos peemedebistas para orientar a distribuição dos 150 cargos que ainda serão preenchidos no segundo escalão da administração federal. Em outras palavras, comunica que o oficialismo passou a ser um método oficial do governo.

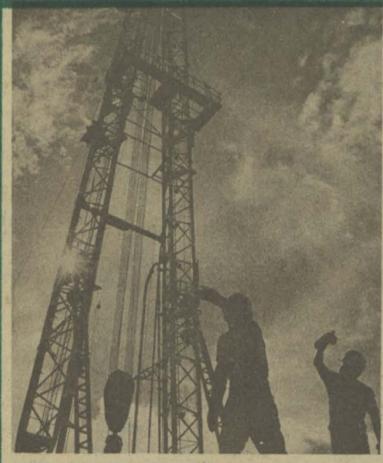
O movimento por eleições em 88, apesar de tudo isto, ganha força. Ele não foi "inventado" por nenhum partido. Representa uma aspiração das grandes massas como consequência da crise em que vive o país e da orientação antipovo adotada pelo governo Sarney, que joga novos e pesados sacrifícios nas costas dos trabalhadores. A campanha corresponde, portanto, a uma necessidade objetiva. E por isto mesmo tende a crescer.

Já estão marcados vários comícios em outras capitais. Sua realização é uma tarefa de primeira ordem para todas as forças democráticas. Na sua preparação enfrentarão mil obstáculos colocados pela direita. A chave para o êxito será uma política ampla, que permita a participação de todos os partidos e organizações, assim como setores do próprio PMDB que se desprendem da orientação oficial. Neste sentido, é preciso entender que as vaias em Brasília foram uma demonstração do descontentamento popular com a conduta da cúpula peemedebista. Podem ter causado constrangimento aos representantes deste partido que adotam uma postura progressista e vão aos comícios. Mas representam sobretudo uma advertência severa aos que teimam em enveredar pelo caminho da traição às promessas realizadas nas praças públicas durante muitos anos. Na medida em que avance a ruptura de novos setores com o governo, o povo saberá acolher a sua contribuição à causa da democracia.

Por fim, não se pode esquecer que a luta pelas eleições está intimamente ligada com a batalha por uma Constituição que consagre as mudanças. Os brasileiros exigem uma Carta Magna moderna e querem um governo com respaldo popular. Os reacionários, com profundo desgosto, terão que ouvir por todo lado o grito: "Fora Sarney, Constituinte progressista!"

Constituinte: por que a direita ataca Cabral?

Os conservadores tramam uma nova guinada à direita nos trabalhos da Assembléia. Pág. 4.



Campanha do "Petróleo é nosso" volta para as ruas

Abarcando um leque político que vai do ministro Aureliano Chaves e do presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, ao PC do B e vários outros partidos, a campanha patriótica foi relançada no Rio e RS. P. 4

Operários são envenenados na multinacional

A Eletro Cloro, fábrica da multinacional belga Sovay, durante mais de dez anos deixou que seus operários fossem intoxicados lentamente por mercúrio, causando seqüelas irreversíveis. Os diretores sabiam e não tomaram nenhuma providência. A fiscalização da DRT interditou as áreas mais contaminadas e o Ministério Público abriu processo criminal contra a empresa. Veja na página 8

PC do B e CUT são vítimas de atentados políticos

Em S. Paulo, desconhecidos arrombaram, no dia 4, as portas do CEPS, um centro de pesquisas voltado ao estudo do socialismo. Remexeram papéis, destruíram documentos e deixaram intactos os bens materiais. Na Bahia, a sede regional do PC do B foi invadida na madrugada do dia 6 por elementos que procederam de forma idêntica e o mesmo ocorreu no Rio dia 5 com a sede regional da CUT. Num momento em que a Nova República faz cada vez maiores concessões à direita, os democratas precisam denunciar e conter na raiz a nova escalada de atentados. Página 4.



A sede do PC do B-BA, após a invasão

LIBANO

Tiroteio no escuro

Seqüestros, carros-bomba, lutas sangrentas entre um sem número de milícias. Dilacerado por 10 anos de uma cruenta e aparentemente interminável guerra civil, o Líbano lembra muito pouco o que se costuma chamar de país. Virtualmente uma terra sem dono - ou com donos demais -, o Líbano é o exemplo extremo do caldeirão em que os manejos do imperialismo transformaram o Oriente Médio.

No dia 17 de junho, o jornalista norte-americano Charles Glass foi seqüestrado na entrada dos subúrbios ao Sul de Beirute, junto com Ali Osseiran - filho do ministro da Defesa - e um guarda-costas. O setor oeste da capital libanesa, para onde eles foram levados, é considerado um reduto dos muçulmanos xiitas, e logo apareceu um responsável pelo seqüestro nos despachos das agências de notícias - o Hezbollah, ou Partido de Deus, uma milícia pró-iraniana.

"PACIFICAÇÃO" SÍRIA

A Síria, que em fevereiro enviou a Beirute 12 mil soldados para "pacificar" a luta entre milícias rivais no setor muçulmano (oeste), empenhou-se desde o primeiro momento em conseguir a libertação dos reféns, ameaçando inclusive uma ação militar. O seqüestro aconteceu a poucos metros de um dos postos de

controle do Exército sírio na rodovia que liga Beirute ao sul do Líbano, foi o primeiro desde a chegada das tropas sírias à cidade - e por tudo isso foi encarado como um desafio aberto do Irã, uma declaração de guerra pelo controle de Beirute.

O absurdo deste episódio dá uma mostra de dissolução em que mergulhou o Líbano depois de 10 anos de guerra civil. Exército, Estado, governo, partidos políticos são coisas inexistentes no dia a dia do país, onde só parecem ter voz as milícias e, principalmente, as diversas forças externas que as comandam - que por sua vez têm por trás de si uma ou várias potências imperialistas.

CONFISSÕES RELIGIOSAS

Ocupado em 1918 pela França e a Inglaterra, junto com os demais países árabes, o Líbano formou a partir de 1920 o protetorado francês na região, porém junto com a Síria. Quando se torna independente, em 1945, está dividido entre uma burguesia cristã e ligada à França e os descendentes de chefes tribais árabes, muçulmanos de diversas confissões - xiitas, sunitas e drusos, principalmente. Um acordo político, com base em um censo populacional, estabelece que o Parlamento terá 99 membros - 53 cristãos e 46 muçulmanos; que o presidente da República será

um cristão; o primeiro-ministro, um muçulmano sunita; o presidente da Câmara, um xiita.

A população árabe cresce mais rapidamente que a cristã, e passa a exigir uma revisão do acordo de 1945 e a eliminação da divisão de cadeiras e cargos segundo as confissões religiosas. A elite cristã resiste, temerosa de ser varrida do cenário político, e impede até mesmo que seja feito um recenseamento da população. Assim, ao fim de uma série de choques, o país entra em guerra civil em 1976.

Israel e a Síria passam a interferir diretamente no conflito. Os sionistas, alegando combater os guerrilheiros palestinos instalados no sul do Líbano, formam lá uma milícia dirigida de Tel Aviv. Os sírios entram com tropas em Beirute, e passam a mediar as tentativas de acordo entre as facções. Os EUA e a França manobram e se associam a Israel; a URSS joga suas fichas na Síria, que sonha com a restauração do antigo protetorado, agora sob seu domínio.

CONFLITO SANGRENTO

Destruído e paralisado, o Líbano parece "acomodado" na sua fragmentação quando Israel resolve invadir o país, em 1982, chegando até Beirute - como sempre, para combater



Cortejo fúnebre de Karami: um governo que está paralisado

os palestinos. Quando os israelenses começam a sua retirada, em 1983, Beirute se transforma em terra de ninguém: os próximos muçulmanos já não se entendem, pois os xiitas cresceram, e querem maior espaço. Até entre estes há divisões: com a subida ao poder do aiatolá Khomeini no Irã, a milícia Amal, tradicionalmente - e até hoje - apoiada pela Síria, divide-se e forma-se o Hezbollah, pró-iraniano.

A Síria procura negociar um acordo entre as facções muçulmanas, mas acaba se envolvendo diretamente na luta, principalmente apoiando a Amal em sua disputa com os palestinos nos campos de refugiados de Beirute e do sul do país. Em fevereiro, os sírios voltam à capital libanesa, ao

mesmo tempo em que intensificam contatos com os EUA e outros países ocidentais que têm cidadãos seqüestrados no Líbano - são 23 os estrangeiros mantidos como reféns pelos xiitas.

O Líbano enquanto isso continua paralisado, seu exército e seu governo pouco valem - ainda no mês passado o primeiro-ministro foi explodido no helicóptero em que viajava, e até agora não há substituto. Os destinos do país continuam sendo decididos fora dali, e por enquanto o maior interesse do imperialismo tem sido o de manter as águas agitadas, para pescar lucros e vantagens políticas de um conflito sangrento.

(SQ)



Deus nos perdoe

O ditador do Chile, general Augusto Pinochet, disse dia 4 que está no governo "por obra da Providência Divina" (no caso, a matança e a tortura de opositores são os "instrumentos da Providência" para fazer o "milagre" da ascensão de Pinochet ao poder). No mesmo dia, no nosso Brasil, o cardeal Eugênio Sale publicava o artigo "Baderna não foi espontânea", afirmando: "Nossa doutrina (a da Igreja) nos ensina que a Autoridade vem de Deus e, como tal, merece reverência". Como se vê, o pensamento do sanguinário ditador fascista e o do representante eclesial vão a um mesmo ponto: fazer oposição ao governo - mesmo do satânico Pinochet - é pecado.

Venezuela em luta

Manifestações de protesto contra a morte de dois estudantes prosseguiram pela segunda semana consecutiva em várias cidades venezuelanas, principalmente Barquisimeto. Um oficial de polícia assumiu a autoria do tiro que matou o estudante Johnny Villarreal Matos, no início do mês, em Valera. Agora a população da Venezuela quer a demissão do comandante de polícia, general Adolfo Pacheco Melgarejo, e dos chefes das guarnições de Merida e Trujillo. No último dia 9 foi realizada uma Marcha Nacional de Protesto em Defesa dos Direitos Democráticos, convocada pela Federação de Centros Universitários.

45 mil desaparecidos

Em El Salvador, Guatemala e Honduras existem mais de 45 mil pessoas desaparecidas. A denúncia foi feita durante a abertura do 1º Encontro de Instituições Não Governamentais de Ajuda a Refugiados Centro-Americanos, que se realiza na cidade do México. Segundo a coordenadora do encontro, Isolda Arita Meltzer, os desaparecimentos são resultado da "estratégia de repressão clandestina executada por grupos paramilitares, que assassinam e torturam civis".

Repressão no Haiti

Pelo menos 23 pessoas foram assassinadas pela repressão governamental durante a greve geral realizada no Haiti no início do mês. Os protestos trabalhistas se deviam à série de decretos sobre as eleições presidenciais do ano que vem, baixadas pela junta militar que dirige o país. Os decretos tinham o claro objetivo de manipular o processo eleitoral. Em vista da magnitude dos protestos, que não cessavam mesmo com a brutalidade dos policiais contra os manifestantes, o general Henry Namphy, chefe do governo, cancelou o "pacote" eleitoral.

Protestos coreanos

Cerca de 7 mil opositores foram às ruas e enfrentaram mil policiais em Seul, Coreia do Sul, durante protesto contra a morte do estudante Lee Han-Yol. Lee foi assassinado pela polícia. Na quinta-feira foi realizada cerimônia fúnebre pública para o jovem estudante, quando novamente a população protestou contra a ditadura do general Chun Doo Hwan.

Iugoslávia, quem diria

Pela primeira vez em sua história, a Iugoslávia está sofrendo inflação de três dígitos: em junho a taxa anual foi de 100,6% - o que significa um aumento de 9,4% em relação a maio. O disparo da taxa de inflação se deve aos aumentos decretados pelo governo - que tenta se travestir de socialista - em produtos como combustíveis, alimentos industrializados e agrícolas. Nos primeiros cinco meses de 1987 a média inflacionária ficou sempre acima do previsto pelo governo - flagrante de que a economia do país não é controlada pelo Estado. A taxa inflacionária está 60% acima do que previam os dirigentes do "socialismo autogestionário" iugoslavo. Em 1986 a inflação foi de 95%.

Punição capitalista

"A possibilidade real de alguém perder o emprego (...) não é um remédio de todo mau para tratamento da preguiça e da embriaguez". Essa pérola do pensamento burguês e do tratamento que deve ser dado aos alcoólatras não é nova. Pelo contrário, mesmo aqui no Brasil o presidente Artur Bernardes dizia que a questão social dever ser tratada como "caso de polícia" - com repressão. A novidade é que essa ideia antiga dos exploradores está sendo agora defendida publicamente pela União Soviética, que se diz socialista. A citação é retirada do artigo de Mikhail Shmelov publicado na revista oficial soviética Novy Mir. Para Delim Netto nenhum botar defeito.



Após a luta armada para derrubar o ditador Somoza, a luta armada para enfrentar os mercenários dos EUA

NICARÁGUA

Um triunfo do continente

A 19 de julho a Nicarágua comemora o 8º aniversário da revolução sandinista. O fato deste pequeno país, com menos de 3 milhões de pessoas, não ter se curvado à feroz agressão da maior potência imperialista do globo, os Estados Unidos, é uma grande vitória. Esta resistência só foi possível porque o governo sandinista conta com o respaldo de todo um povo de armas nas mãos e a solidariedade dos povos.

A Nicarágua está cercada de inimigos. ao Sul a Costa Rica e ao Norte Honduras, cujos governos cedem seus territórios aos inimigos da revolução, mais conhecidos por "contras". Honduras se transformou em um quartel dos Estados Unidos, que diariamente despeja ali toneladas e mais toneladas de ajuda militar a seus aliados. A marinha ianque faz constantes manobras nas águas do Pacífico e do Atlântico, em frente às costas nicaraguenses, numa verdadeira ação provocativa.

Mesmo sabendo que os "contras" não têm capacidade de derrotar o regime sandinista, o governo Reagan continua financiando suas ações terroristas com o único objetivo de desestabilizar a frágil economia nicaraguense. O bloqueio comercial decretado pelos Estados Unidos, impedindo que seja exportado para aquele país centro-americano qualquer mercadoria (desde remédios até peças de reposição para máquinas agrícolas) é mais uma tentativa de estrangular sua economia.

GUERRA ECONÔMICA

E é esta guerra econômica que mais prejuízo traz ao povo da Nicarágua. Nestes últimos oito anos as exportações caíram de 800 milhões de dólares para apenas 200 milhões. O déficit comercial chega a 600 milhões de dólares. O esforço da reconstrução nacional fica tremendamente prejudicado, pois a maior parte do orçamento da nação tem que ser desviada para a defesa. Somente com os ataques às cooperativas agrícolas os "con-

tras" causaram prejuízos equivalentes a 80 milhões de dólares. Como se não bastassem todas estas dificuldades, a atenção do governo tem que ser desdobrada diante de um inimigo interno que aglutina o movimento contra-revolucionário: o setor conservador da Igreja Católica, capitaneada pelo arcebispo de Manágua, dom Miguel Obando y Bravo. O presidente Ortega acusou na semana passada este religioso de "se comportar como um assalariado da CIA".

A última do arcebispo foi criticar os sandinistas pela morte de um padre e ferimentos em outro, vítimas de uma mina colocada pelos "contras".

Ao invés de condenar os "contras", dom Obando disse que o padre morto foi vítima de "uma guerra insensata que os comandantes sandinistas não querem parar". Um setor do clero apóia o regime sandinista e por isso é estigmatizado pelo Vaticano e pela alta hierarquia eclesiástica nativa. Em dezembro de 1984 e padre Ernesto Cardinal foi expulso da Companhia de Jesus por se recusar a deixar o cargo de ministro da Educação.

Mesmo com todos estes obstáculos o povo nicaraguense tem conseguido superar as dificuldades e esmagar os inimigos do avanço revolucionário. A luta heróica que derrubou Somoza, um dos ditadores mais sanguinários da América Latina, continua agora contra um inimigo mais poderoso, o imperialismo norte-americano. E mais do que nunca é dever de todos os democratas e progressistas de todo o mundo apoiar a Nicarágua, para que mantenha firme esta luta pela liberdade.

Tribuna Operária

Semanário Nacional
Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Anual (52 edições)	Cz\$ 1.000,00
Anual popular (52 edições)	Cz\$ 500,00
Semestral (26 edições)	Cz\$ 500,00
Semestral popular (26 edições)	Cz\$ 250,00
Anual para o exterior (em dólares)	Us\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda
Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - S. Paulo
CEP: 01318

Pedra no caminho

No dia 19 de julho de 1979 a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) tomava o poder na Nicarágua, pondo fim a 50 anos de ditadura Somozista. Até então aquele país estava mais para um feudo da família Somoza. Praticamente toda a propriedade rural pertencia a dita família. O país, pobre, sobrevivia da agricultura exportadora de cana, café e banana, com todo o dinheiro indo para os bolsos dos Somoza. Restava ao povo a miséria. Para manter esta situação, Anastácio Somoza dirigia o país com braço de ferro, tendo como aliados os Estados Unidos.

Frente a isso, organizou-se em 1961 a FSLN, inspirada na luta patriótica desencadeada pelo herói nicaraguense Augusto César Sandino no final da década de 20. A organização tomou a frente da luta guerrilheira no país até a tomada do poder em 1979.

RECONSTRUÇÃO DO PAÍS

Tomado o poder, os sandinistas tiveram que se preocupar com duas questões importantes: a reconstrução do país e se defender contra as ingerências dos EUA. É uma tarefa árdua, pois os recursos são escassos - parte deles destinada à defesa militar - e agravados com o cerco econômico norte-americano.

Mesmo com essas dificuldades o governo sandinista está implementando um programa de modernização do país e dando melhores condições de vida ao povo.

Na área da educação foi desenvolvido um projeto de

alfabetização de crianças e adultos, principalmente na zona rural, utilizando o método Paulo Freire. Os resultados são satisfatórios, pois o índice de analfabetismo decresceu bastante. Segundo dados oficiais a taxa de analfabetismo está por volta dos 12% (no Brasil ela é de 30%). Hoje, mais de 1 milhão de crianças (um terço da população do país) estão frequentando as escolas regulares. Na saúde o governo desenvolve uma campanha de vacinação e de medicina preventiva, fazendo diminuir a incidência de doenças contagiosas, especialmente nas crianças.

DEMOCRACIA FUNCIONA

Mas as transformações mais importantes ocorreram no campo. A reforma agrária realizada implantou diversas cooperativas agrícolas e fazendas estatais. O antigo feudo de Somoza foi liquidado. Os trabalhadores do campo são organizados em seus sindicatos para poderem melhor defender seus direitos.

No plano institucional a revolução democratizou as estruturas de poder. O atual presidente, Daniel Ortega, foi eleito diretamente em 1984. Neste ano também foi promulgada a nova Constituição, elaborada por uma Assembléia Constituinte livremente eleita. Estas conquistas da revolução ganharam relevo levando-se em conta a necessidade do governo ter uma constante preocupação com a defesa do país, constantemente ameaçado pelos EUA e pelos contra-revolucionários.

(Dennis de Oliveira)



Foto: Anibal Ortipozo

Centro de Documentação
Fundação Maurício Graciano

COMÍCIO EM BRASÍLIA

Uma vibrante largada para as diretas

Do Planalto Central do Brasil saiu o primeiro grito por diretas para presidente da República em 1988. O showmício realizado em Brasília, na terça-feira passada, organizado pelo PC do B, PDT, PT, PSB, PV, setores do PMDB e pelo movimento popular e sindical foi um grande sucesso, superando todas as expectativas dos organizadores.

Apesar do forte aparato policial-militar colocado nas ruas da cidade e do clima de tensão provocado pelas autoridades para atemorizar a população e dificultar o acesso à rampa do Congresso Nacional, mais de 20 mil pessoas estiveram presentes para protestar contra o arrocho salarial provocado pelo Plano Bresser, defender uma Constituição nacionalista, democrática e progressista e exigir a realização de eleições diretas para presidente da República em 88.

Num clima de muita animação e combatividade, a multidão não arredou pé do gramado em frente ao Congresso Nacional até o encerramento da manifestação. Durante mais de cinco horas, inúmeros oradores revezaram-se no palanque, e o ponto alto do comício foram os discursos dos presidentes nacionais dos partidos envolvidos na organização da manifestação: Fernando Gabeira, do PV; Jamil Haddad, do PSB; João Amazonas, do PC do B; Leonel Brizola, do PDT; Lula, do PT; e Afonso Camargo, vice-presidente do PMDB.

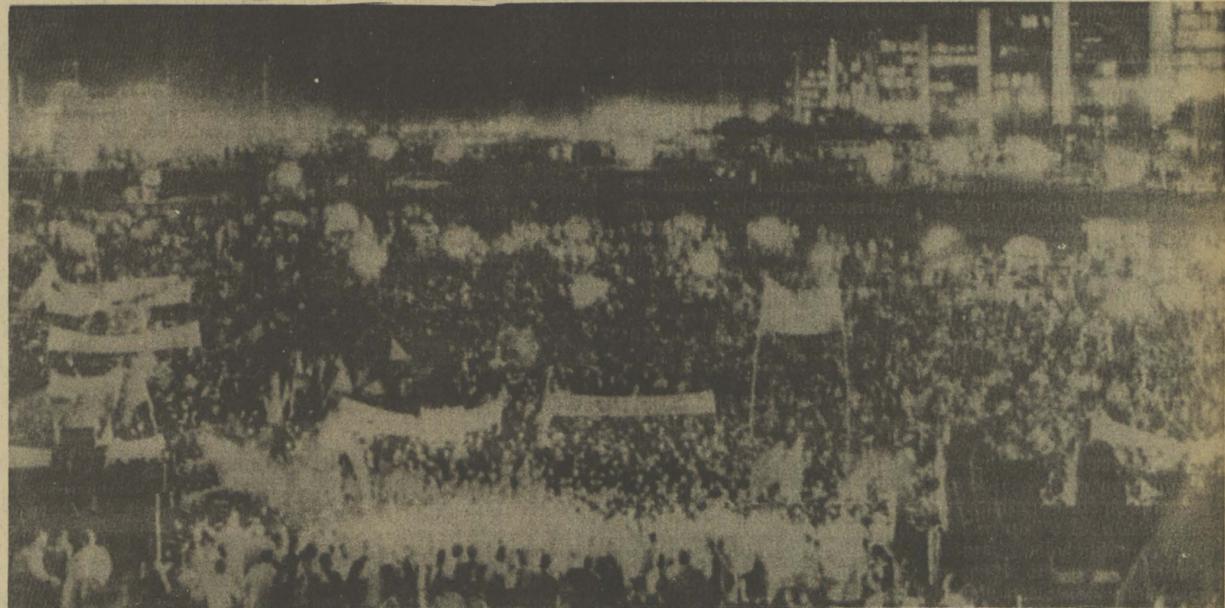
O presidente nacional do PC do B, João Amazonas, bastante aplaudido, criticou o governo Sarney considerando-

o um dos governos mais entreguistas da história do país, defendendo a unidade do povo para conquistar um novo sistema de governo mais democrático e progressista e agitou a massa pedindo diretas em 88, ao afirmar: "Precisamos tirar do Planalto este intruso que sentou numa cadeira vazia que não lhe pertence e que dela não que sair".

Um dos momentos de maior emoção de todo o comício ocorreu quando discursou a mãe do ex-deputado do PC do B, Paulo Fonteles, dona Cordolina, que num tom emocionado acusou a UDR pelo assassinato de seu filho e exigiu a rigorosa punição dos culpados. A multidão, igualmente emocionada, respondeu com um grito unânime: "Abaixo a UDR, abaixo a UDR".

Partidos, entidades e artistas unidos

Além dos discursos dos presidentes e líderes dos partidos envolvidos na campanha e de dirigentes de entidades nacionais como a UNE, a CONAN, a CUT, a ANDES e a CPB, entre outras, diversos artistas estiveram presentes para manifestar seu apoio à luta pelas Diretas em 88, contribuindo



A população de Brasília enfrentou as ameaças do governo e foi às ruas exigir diretas em 88, o fim do arrocho e uma Constituição progressista

para o sucesso da manifestação. Entre os artistas destacaram-se nomes como os de Lucélia Santos, Cristiane Torloni, Fernanda Torres, Lecy Brandão, Taiguara, Wagner Tiso, Jards Macalé, Sérgio Ricardo, Cristina Buarque, Jorge Mautner, Itamar Correa, Osmar Prado e outros.

Diversos parlamentares do PMDB estiveram presentes ao comício e manifestaram seu apoio à campanha. A presença dos constituintes peemedebistas, no entanto, foi recebida com vaias pelos presentes, apesar dos apelos dos locutores, procurando mostrar a necessidade de se ampliar essa mobilização e de se unificar todas as correntes que defendem as Diretas em 88. Mesmo assim, o único peemedebista a não receber nenhuma vaia foi o senador Affonso Camargo, que jogou importante papel no processo de organização e mobilização para o comício.

Também foram notadas algumas ausências significativas. Entre elas, as dos constituintes Chico Pinto, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Pimenta da Veiga, integrantes da cúpula peemedebista que procuram identificar-se como progressistas. Eles estavam em Brasília, mas preferiram não comparecer ao ato. Mas uma ausência bastante significativa foi a do ex-senador Diretas, o deputado

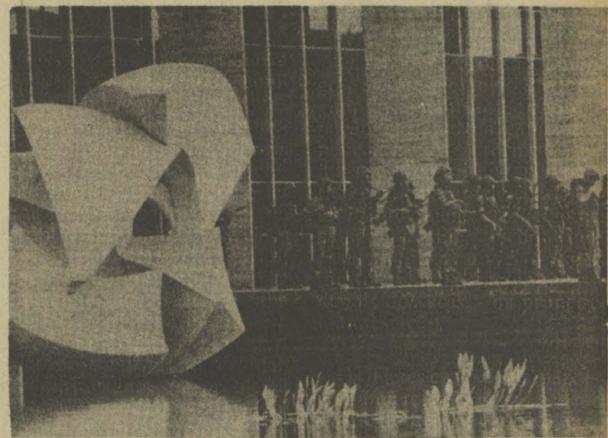
Ulysses Guimarães, que vem assumindo posições cada vez mais conservadoras.

Agora a campanha ganha novo impulso

Embora o deputado Augusto Carvalho participasse do comício, a direção nacional de seu partido, o PCB, divulgou uma nota oficial condenando a campanha por diretas, tachando-a de diversionista, e trocou a praça por um encontro com o presidente do PFL, senador Marco Maciel, para apoiar o pacto com o governo e rejeitar as diretas em 88.

O PC do B participou destacadamente da manifestação. Além da presença de toda a bancada federal do partido no palanque, dos discursos do líder da bancada na Constituinte, Haroldo Lima, e do presidente, João Amazonas, centenas de militantes coloriram o comício com as rubras bandeiras comunistas, que se destacavam na frente do palanque.

Ao final da manifestação, a opinião unânime das lideranças políticas era de que a partir de agora a campanha pelas Diretas em 88 ganha novo impulso. Como se ouvia na rampa do Congresso Nacional: "Sarney não dá. Diretas Já" e "Já, todos sabem, é 1988. (Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília)



Brasília ocupada: parecia que um inimigo (o povo) atacava o país...

Cidade sitiada

Numa tentativa desesperada de intimidar o povo e evitar o sucesso do comício pelas Diretas em 88, o governo do presidente Sarney armou uma verdadeira praça de guerra em Brasília. A Esplanada dos Ministérios, os fundos do Congresso Nacional e o Palácio do Planalto foram ostensivamente cercados por tropas do Exército, com trajes de combate. As entradas da cidade foram bloqueadas, bem como as principais vias de acesso ao Congresso Nacional. Parecia que o país estava sendo agredido por algum inimigo. E este inimigo era o povo.

Na véspera do comício, o governo procurou criar um clima de tensão, disseminando a ideia de que haveria tumultos, conflitos e choques com a polícia. O Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, coronel Olavo de Castro, notoriamente vinculado aos órgãos de informações, chegou a dizer que sua "sensibi-

lidade" lhe dava a certeza de que o comício iria terminar em baderna, aconselhando a população a que não levasse crianças e pessoas idosas.

O próprio ministro da Justiça, Paulo Brossard, deu declarações afirmando que o comício era "ilegal" porque a rampa do Congresso não estava relacionada entre os locais autorizados pela Secretaria de Segurança Pública do DF para a realização de manifestações políticas, "esquecendo-se" que é do presidente do Congresso Nacional a autoridade máxima de suas dependências, e, como tal, havia liberado a área para a manifestação.

Nada disso adiantou. O povo de Brasília desconheceu as tropas em traje de combate, os "urutus" e todo o aparato montado pelos militares e saiu às ruas em peso, lotando grande parte do gramado em frente ao Congresso Nacional.

Avanço do bloco progressista

"O comício de Brasília foi uma grande vitória. Ele ultrapassou todas as nossas expectativas". A declaração do líder do PC do B na constituinte, Haroldo Lima, sintetiza a avaliação feita pelos líderes envolvidos na organização do comício de Brasília, durante uma reunião realizada na tarde de quarta-feira passada no Congresso Nacional.

Para o líder do PC do B, o sucesso da manifestação de Brasília, representou uma grande vitória que dará um impulso ainda maior à campanha pelas diretas em 88, e salientou alguns pontos extremamente positivos. "Em primeiro lugar, este comício mostrou a justeza das posições levantadas pela articulação suprapartidária. Ficou comprovado que as três bandeiras básicas - luta contra o arrocho, por uma Constituição progressista e por diretas em 88 - mobilizaram o povo".

"Além disso", continua o deputado, "consolidou-se a articulação formada pelo PC do B, PDT, PSB, PT e parte do PMDB, que a partir de agora se solidifica num bloco progressista dentro da

Constituinte. O comício serviu ainda para mostrar a coragem do povo de Brasília, que não se intimidou diante do aparato policial-militar, e desmoralizar este mesmo aparato. Finalmente, o grande ponto positivo foi o entusiasmo que o comício deixou em todos os setores, contribuindo para que novas iniciativas sejam desenvolvidas, transformando esta luta numa grande campanha de mobilização popular, igual ou até maior que a de 1984".

Uma das preocupações dos líderes partidários foi com as



vaia destinadas aos parlamentares do PMDB. Embora compreendendo que estas vaias refletiram a insatisfação popular com os rumos tomados pela cúpula do partido, os líderes acreditam que elas podem ter um reflexo negativo sobre a própria campanha. "Está claro que as vaias foram ao PMDB que está no governo. Mas sua consequência prática acaba sendo negativa na medida em que terminam atingindo a parcela progressista do PMDB. Criam portanto um problema político, porque amedrontam e podem afastar diversos setores do PMDB que tendem a se incorporar na campanha. É preciso entender que para o sucesso dessa batalha será necessário ampliar cada vez mais o número de constituintes comprometidos com a bandeira das diretas", disse Haroldo. Na sua opinião, os progressistas do PMDB precisam tomar uma posição clara e definida em relação ao governo Sarney. "Existe muita gente que ainda não se definiu para não abrir mão dos postos e cargos que ocupa no governo. O PMDB progressista não pode vacilar. Ou rompe com o governo ou vai se afundar junto com Sarney", concluiu o líder do PC do B.

Os líderes partidários marcaram uma reunião dos presidentes de todos os partidos que integram esta articulação para o próximo dia 12, quando será definida uma executiva nacional da campanha, integrada pelos líderes dos partidos e por representantes de entidades nacionais, e discutidas as próximas etapas da mobilização.

Já está definido que o próximo comício será em Manaus, no dia 24 de julho, e Recife e Maceió já estão preparando os outros comícios, embora ainda sem data definida. No calendário a ser elaborado pela executiva nacional será dada prioridade para os grandes comícios nas grandes capitais e se incentivará outras iniciativas em municípios do interior.

Os partidos se unem

As lideranças dos partidos que encabeçam a campanha pelas diretas em 88 divulgaram um manifesto à nação que vem recebendo a adesão de muitos parlamentares do PMDB. Abaixo, os principais textos do manifesto:

"A Convocação da Assembleia Nacional Constituinte - bandeira do nosso povo nos últimos dez anos - foi concretizada em fevereiro.

Assumimos na campanha eleitoral o compromisso de dotar o Brasil de uma Constituição democrática, moderna, progressista e nacionalista, ao nível da justiça que o país reclama e o povo exige.

A realidade, porém, é que o esboço de Constituição que começa a surgir não corresponde às esperanças dos 140 milhões de brasileiros, não abre caminhos para o futuro, mas apenas consolida injustiças e institucionaliza privilégios. (...)

Forças poderosas, dentro e fora da Constituinte, tratam, pelo desvirtuamento dos trabalhos, de impedir a aprovação de qualquer avanço social e até mesmo a defesa da soberania e dos interesses nacionais básicos.

1. Na Comissão da Ordem Econômica, uma conspiração dos representantes das multinacionais, dos banqueiros internacionais e dos grandes grupos econômicos a eles vinculados conseguiu impor um substitutivo que avilta ainda mais a soberania nacional. (...)

2. Na questão agrária, aprovou-se um substitutivo sob a inspiração direta dos latifundiários. (...)

3. No plano político, foram mantidas formas repressivas da época da ditadura, como o Estado de Defesa. (...) Ao mesmo tempo, continuam intactas as limitações à liberdade de organização partidária. (...)

4. O ensino público e gratuito em todos os níveis foi sacrificado, permitindo-se o desvio de verbas públicas para as escolas privadas. (...)

5. No terreno das comunicações (...), impede-se a democratização das concessões de canais de rádio e televisão e elimina-se o monopólio estatal das telecomunicações e dos correios. (...)

6. Como se isto não bastasse, procura-se impor à Constituinte e à Nação um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, quando o período que lhe cabe é o da transição democrática, que termina com a promulgação da nova Constituição. (...)

Creemos ser nosso dever alertar a nação para a ameaça de um retrocesso constitucional.

É preciso reagir enquanto é tempo. (...)

O povo não pode destituir os constituintes que lhe estão traído, mas também não pode ficar passivo enquanto alguns querem transformar a Assembleia Nacional Constituinte num balcão de negócios.

Além dessa ameaça que desfigura a Assembleia Nacional Constituinte, o governo do presidente José Sarney volta a revelar aos olhos da nação sua face antipopular, ao decretar um novo pacote econômico - o chamado "Plano Bresser", uma iniquidade social de conteúdo entreguista, recessivo e de arrocho salarial.

Por tudo isso, nós, parlamentares e lideranças políticas de diferentes partidos e diversas concepções políticas, conclamamos os constituintes comprometidos com os anseios e aspirações populares a que se unam. Essa união permitirá a elaboração de uma Constituição que preserve a soberania e as riquezas nacionais, consolide a democracia e possibilite um desenvolvimento que garanta uma vida digna a todos os brasileiros.

E dirigimo-nos às organizações da sociedade civil, às associações populares, aos sindicatos e entidades estudantis, às entidades de trabalhadores rurais, às correntes religiosas, às classes produtoras rurais, aos governadores nacionais e prefeitos, aos deputados estaduais e vereadores para propor:

Façamos um esforço comum para desenvolver um poderoso movimento popular, a favor de uma Constituição nacionalista, democrática e progressista, contra o arrocho salarial e por eleições diretas para presidente da República em 1988.

A grande mobilização popular criará condições indispensáveis às mudanças que o país necessita. (...)

Se nos unirmos e nos mobilizarmos, a vitória será do povo e do Brasil, que quer progredir como país independente, livre de opressores internos e externos, democraticamente organizado, culturalmente avançado, economicamente desenvolvido e socialmente justo".

Afonso Camargo (vice-presidente do PMDB), Leonel Brizola (presidente do PDT), Luiz Inácio Lula (presidente do PT), João Amazonas (presidente do PC do B), Jamil Haddad (presidente do PSB), e Fernando Gabeira (do Conselho Político do PV).

RELATÓRIO CABRAL

A direita é contra

Os conservadores elaboraram textos constitucionais piores que a Carta em vigor. Mas agora querem rever o que fizeram, atacam o relatório de Bernardo Cabral e querem um texto ainda mais conservador.

Desenvolvendo uma manobra que pode ter surpreendido aos que acompanham apenas esporadicamente os trabalhos da Constituinte, as forças de direita articularam na semana passada um impressionante esforço que, coordenado pelo Palácio do Planalto e ignorando o próprio regimento interno da Assembléia, visava desmoralizar e em seguida derubar e substituir o anteprojeto do texto constitucional que o relator Bernardo Cabral apresentou à Comissão de Sistematização.

No dia 9, quando fechávamos esta edição da **Tribuna Operária**, o líder do governo Carlos Sant'Anna e o deputado Expedito Machado, expoente do grupo conservador "Centro Democrático" colhiam assinaturas para um "projeto de resolução" que, se aprovado, acrescentaria um novo artigo às normas de funcionamento da Constituinte, anulando o relatório de Cabral e daria a ele mais 30 dias para apresentar uma nova versão, levando em consideração as emendas de conteúdo apresentadas pelos conservadores. Mas isto era apenas a última de uma longa série de iniciativas visando o mesmo objetivo. Antes, a direita atacou o relatório por outros caminhos.

O presidente Sarney fez saber, através do porta-voz Frota Neto, que o anteprojeto

não lhe agradava, principalmente em relação ao sistema de governo. A seguir, uma equipe de técnicos da presidência da República elaborou um conjunto de 100 emendas ao relatório que, os membros do "Centro Democrático" se encarregaram de apresentar à Constituinte. E mais tarde Sarney fez com que "vazasse" a informação de que via com bons olhos até mesmo a proposta de suspender os trabalhos constitucionais.

ONDA DE CRÍTICAS

As manobras dos conservadores foram acompanhadas por declarações iradas e com claro conteúdo intervencionista. A última edição do boletim "Noticiário do Exército", publicado por aquele ministério, traz uma ameaça. Diz em editorial que a Constituinte não deve aprovar anistia dos militares cassados, "pelo bem da democracia". Os jornais diários publicaram durante toda a semana páginas inteiras procurando ridicularizar as poucas propostas progressistas que o relatório incorpora. E a grande burguesia estrangeira e nacional somou-se à campanha. Wolfgang Sauer, o poderoso presidente das multinacionais Volkswagen e Ford, sentiu-se à vontade para tachar de "populista" e "absurda" a proposta de estabilidade no emprego. E Mário Amato, presidente da FIESP, foi além. Disse que "nenhum empresário vai investir nada no país" enquanto a Constituinte não adotar definições que tranquilizem a classe.

AS RAZÕES DAS QUEIXAS

A direita tem tentado qualificar de "radical" e de "desestabilizador" o relatório de Cabral. Basta ter acompa-

nhado sua elaboração para ver como a afirmação é imprecisa. Conforme determina o regimento da Constituinte, cabe à Comissão de Sistematização apenas a tarefa de compatibilizar os textos aprovados nas fases anteriores dos trabalhos constitucionais. Cabral foi fiel a esta determinação, e em consequência seu trabalho incorpora tudo o que foi aprovado durante as votações no interior das Comissões Temáticas, quando as forças reacionárias passaram um verdadeiro "rolo compressor", escrevendo textos ainda mais atrasados que a Carta em vigor.

Tudo parece indicar, portanto, que a direita tem dificuldades de conviver até mesmo com os tímidos avanços aprovados até agora, ainda mais num momento em que se anunciam tempos de instabilidade política, de crise econômica e de aumento dos protestos populares. É revelador o fato de que a grande maioria das emendas apresentadas ao Relatório Cabral, assim como a maior parte das críticas feitas a ele, têm como alvo a instituição de um sistema de governo que inclui algumas nuances desbotadas de parlamentarismo. Um membro do "Centro Democrático" sintetizou as angústias dos conservadores dizendo que "é preciso preservar a autoridade do presidente", e suas declarações são uma boa imagem da situação a que chegou a Nova República: por ter se negado a colocar-se ao lado das transformações de que o país necessita, ela agora imita os militares, teme o povo e passa a preocupar-se fundamentalmente em reunir força para evitar que ele leve adiante estas transformações.

(Antônio Martins)

PROVOCAÇÕES DA DIREITA

Invadida sede do PC do B

A sede regional do PC do B na Bahia foi invadida na madrugada de domingo para segunda-feira, 6/07. Os invasores arrombaram portas e gavetas, reviraram arquivos, espalharam papéis e documentos pelo chão. Mas nada levaram.

Em nota oficial divulgada segunda à noite o Diretório Regional do PC do B denunciou a invasão, atribuindo-a, pelas características, à ação de provocação poli-

tica "que deve ser repudiada pelos que buscam a democracia". Havia vídeo-cassete, televisão e outros objetos de valor na sede do partido, que não foram tocados, descaracterizando a possibilidade de tentativa de roubo. Na nota o Diretório lembra que o episódio ocorre exatamente no momento em que o PC do B, sintonizado com os anseios populares, intensifica sua oposição ao governo Sarney, e se engaja na

campanha por diretas em 88. Outra coincidência é que o partido e o deputado Haroldo Lima foram alvo de ataques na sexta-feira durante reunião da UDR em Salvador.

"O PC do B nunca se intimidou com atos desta natureza. Ao contrário, eles dão-lhe força para persistir na luta incansável contra o retrocesso e o fascismo no Brasil" - conclui a nota do Diretório Regional.



Veículos brasileiros a espera do embarque: no exterior, bem mais baratos que aqui

MULTINACIONAIS

O novo golpe da FIAT

A curiosidade de um grupo de estivadores do Porto de Santos pode ter sido responsável pela descoberta, no último dia 1º, de um dos casos mais escandalosos de subfaturamento praticados pelas empresas multinacionais no Brasil.

Atraídos pelo embarque para a Itália de uma partida de automóveis da marca "Prêmio", produzidos pela FIAT em Minas Gerais e em geral exportados através de outros terminais, os estivadores acabaram tendo acesso às notas fiscais referentes aos veículos. Puderam constatar então que o importador italiano, no caso a matriz da própria FIAT, estava pagando por cada um deles a irrisória soma de Cz\$ 42.284. No mercado interno o "Prêmio" não sai por menos de Cz\$ 438.454, e um mais rápido exame foi suficiente para revelar também que os carros exportados para a Itália, embora mais baratos, saem equipados com inúmeros acessórios que não estão disponi-

veis normalmente na versão do "Prêmio" vendida no Brasil.

"Assim até nós poderíamos comprar" - parece ter sido a exclamação unânime dos trabalhadores que fizeram a descoberta. Embora aparentemente ingênua, ela revela, tanto a perversidade do modelo econômico exportador que vigora no país, e que o governo declara-se disposto a aprofundar, quanto as incriáveis facilidades de que as multinacionais dispõem para escapar à fiscalização e obter lucros extraordinários utilizando-se de mecanismos claramente ilícitos e lesivos à economia nacional.

MÃO-DE-OBRA BARATA

Primeiro, porque assim como a FIAT inúmeras outras empresas estrangeiras utilizam-se da baratíssima mão-de-obra dos operários brasileiros para produzir a custos reduzidos suas mercadorias. Exatamente por ganharem muito mal estes trabalhadores

encontram-se, em sua grande maioria absolutamente impossibilitados de consumirem os bens que produzem, mas as multinacionais obtêm enormes vantagens vendendo estes bens nos seus países de origem.

Segundo, porque além de produzirem barato as multinacionais repassam as mercadorias a suas matrizes a preços fictícios, que chegam a ser inferiores inclusive aos custos de produção. É o subfaturamento, um mecanismo utilizado para transferir ao exterior um volume de recursos ainda maior que o autorizado por lei. Para se ter uma idéia dos níveis a que chega este abuso, basta saber que a edição de abril da revista italiana *Quattroruote*, especializada em automóveis, revela que a matriz da FIAT vende pelo equivalente a Cz\$ 450.000 cada unidade do veículo "Duna" - o nome europeu dos "Prêmios" importados do Brasil por um décimo deste valor.



PETRÓLEO

Defesa da soberania

O auditório da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, palco de várias campanhas democráticas em nosso país, foi pequeno para acolher as quase 2 mil pessoas que lá compareceram para o lançamento da campanha "O petróleo é nosso".

Promovido pela Comissão em Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e Contra os Contratos de Risco, que é composta por 55 entidades da sociedade, o ato contou inclusive com as presenças do presidente da Petrobrás, Ozires Silva, e do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves.

Lembrando em seu discurso a importância que teve a luta popular na década de 50 pela criação da Petrobrás, Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, disse que hoje, com a

manutenção dos contratos de risco na exploração do petróleo, 80% da produção está sob responsabilidade de empresas estrangeiras. Para ele, o Brasil é extremamente dependente na prestação desses serviços e vulnerável diante da pressão das empresas que o fazem. "Por isso, enquanto tiver forças estarei sempre ao lado das causas populares e democráticas, como a defesa do monopólio estatal do petróleo", afirmou.

Edmilson Valentim, deputado constituinte pelo PC do B-RJ, afirmou que "na letra do Hino Nacional diz-se 'verás que o filho teu não foge à luta', e é assim que cada um de nós brasileiros devemos mais uma vez empunhar a bandeira em defesa do nosso país, e mostrar aos traidores da soberania nacional que o povo tem força para fazer valer, em qualquer

época, a sua vontade".

GAÚCHOS EM CAMPANHA

No dia 6, com um ato público diante da Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas, o Sindicato dos Petroleiros e outras três entidades de funcionários da Petrobrás deflagraram a campanha "O petróleo é nosso".

Foi distribuída nota afirmando: "o que nos move hoje são as ameaças que pairam sobre o monopólio estatal do petróleo - uma conquista que custou anos de dedicação e empenho das forças nacionalistas deste país. Estas ameaças hoje tomam forma na Assembléia Nacional Constituinte, através da ação de parlamentares que não defendem os interesses do povo brasileiro".

Não foram apenas os petroleiros que retomaram o lema de 1953. A bandeira foi defendida também pelos prefeitos de Canoas e Porto Alegre, além do superintendente da Refap, entre outros. A vereadora Jusara Cony, do PC do B, salientou que "a integridade do monopólio estatal de petróleo representa sentimentos de nacionalidade do povo brasileiro e a garantia de desenvolvimento autônomo e soberano do Brasil.

PACOTE AGRÍCOLA

De bem com o latifúndio

O governo baixou um novo pacote de medidas para a agricultura, introduzindo algumas modificações na orientação adotada para o setor desde o Plano Cruzado I e, em particular, no Plano de Metas instituído no ano passado. Agora ele busca contemplar melhor os interesses dos latifundiários e também abandona os tímidos incentivos anteriormente concedidos às culturas voltadas para o mercado interno, privilegiando as que se destinam à exportação.

A aproximação entre governo e latifúndio já tinha sido marcada no tratamento diferenciado dado à carne no tocante ao congelamento. Visando evitar a repetição dos conflitos registrados no ano passado, a equipe econômica tabelou apenas os preços da carne de segunda - e a níveis bem superiores aos que vinham sendo praticados no mercado -, enquanto a carne de primeira continuou liberada. O novo pacote, porém, amplia a generosidade com os grandes fazendeiros e, por isto, contou com o apoio "integral" de entidades como a Frente Ampla Agropecuária, cujas reivindicações, em alguns casos, foram até mesmo "superestimadas".

crédito subsidiado à agricultura, mas mantém e estende vários outros tipos de subsídios. Também reafirma o benefício da Resolução nº 1.306 do Banco Central, que permite a renegociação das dívidas contratadas antes de 28 de fevereiro de 1986, por um prazo de quatro anos, com dois de carência. O privilégio, antes restrito ao micro e pequeno produtores rurais, foi agora, indistintamente para médios e grandes, o que surpreendeu até mesmo representantes do latifúndio.

O Valor Básico de Custeio (VBC), base do financiamento governamental à produção agrícola, sofreu reajustes médios de 200%, níveis "bas-

tantes próximos daquele reivindicado pela Frente Ampla", conforme ressaltou o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes. O governo também eliminou os incentivos aos produtos de subsistência.

Em compensação, foram concedidos novos estímulos à soja e algodão, produtos voltados para o mercado externo, bem como aos preços do milho à avicultura "para que o país aumente as exportações de frango", de acordo com exposição de motivos do ministro Iris Rezende, da Agricultura. Os limites de financiamentos ao algodão, soja e milho foram elevados, enquanto o preço mínimo da soja teve novo reajuste.

Os avicultores terão garantia de abastecimento de milho "aos preços de paridade internacional desse grão" (hoje a metade do preço interno). O subsídio poderá aumentar as exportações, mas onerará os cofres públicos na razão de 1 milhão de dólares para cada incremento de US\$ 5,7 milhões nas vendas externas de frango. O pacote acarretará o aumento dos preços dos alimentos aos consumidores, conforme concluiu o próprio coordenador de assuntos econômicos do Ministério da Agricultura, Benjamim Maranhão.



CDM
Centro de Documentação
Fundação Maurício Embaix

MEDIDAS

O pacote estabelece o fim do



Um ato em defesa da Petrobrás em Salvador, em 1962

(das sucursais)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A luta política

O crescimento da luta econômica dos trabalhadores através do vasto movimento grevista, a luta das massas populares por suas sentidas reivindicações contra a carestia, pelo direito à moradia, ao transporte e outras, adquirem hoje grandes proporções e tendem a crescer ainda mais. É preciso que sejam tratadas com grande atenção, pois constituem um ponto de partida importante para a organização e elevação da consciência política das massas.

No campo da política, a luta adquire formas das mais variadas conforme as particularidades e diversidades da luta de classes em cada momento. No presente, ganha a cena política a batalha em torno da Constituinte, por eleições presidenciais em 1988, assim como as denúncias das medidas governamentais entreguistas e antipopulares, o retorno ostensivo dos militares à atividade política, o recurso à Lei de Segurança Nacional, as prisões políticas.

A experiência do movimento operário desde os seus primórdios, muito bem sistematizada por Lênin, mostra que, do ponto de vista de sua organização de vanguarda, a elevação da consciência da classe operária e das massas populares depende do seu aprendizado na base dos fatos e acontecimentos políticos concretos. Sobretudo em poder apreciar a atividade de todas as classes sociais em seus vários aspectos. Assim, a classe operária não pode voltar-se para dentro de si mesma. Torna-se, por isto, necessário organizar e desenvolver constantemente as denúncias políticas em todos os aspectos e terrenos da vida política.

No âmbito da Constituinte trava-se hoje uma acirrada luta de classes. Mesmo com as limitações impostas à sua soberania e com resultado eleitoral que favoreceu as forças conservadoras e reacionárias, a Constituinte trouxe à luz do dia com intensidade os temas considerados sagrados pela burguesia e pelo latifundiário. Destacam-se, aí, o debate em torno da propriedade privada; propriedade sem limites da terra; papel da livre iniciativa; necessidade do Executivo forte; liberdade de atuação para o capital estrangeiro; negação da liberdade partidária, entre outros.

As classes dominantes passaram a se mobilizar e mesmo diante das alterações constitucionais tímidas, lançaram mão de toda sorte de pressões e manobras. Jogaram nessa disputa todo seu rancor e até a força bruta. O Planalto, o patronato, Forças Armadas e todas as instituições dominadas pelas forças conservadoras e reacionárias atropelaram os partidos dominantes agindo direta e ostensivamente sobre a Constituinte. Aglutinaram suas forças por cima de tudo. Os operários e demais trabalhadores que presenciaram, em algum momento, os trabalhos constituintes, puderam vivenciar a face cruel dos objetivos reacionários das classes dominantes.

DESTEMOR E COMBATIVIDADE

Do outro lado, o PC do B, organização de vanguarda da classe operária, através de sua bancada, tem dado exemplo de destemor e combatividade nessa importante luta política, participando ativamente do debate sobre os grandes temas e elaborando, até agora, mais de 700 propostas de artigos e emendas constitucionais, defendendo os interesses populares.

Algumas tendências tendem a menosprezar a luta na Constituinte, observando inclusive que o povo não tem concedido muita importância à elaboração da nova Carta Magna. Se assim é, devemos imputar a culpa a nós mesmos, ao nosso atraso em relação ao movimento de massas, o que não justifica que abandonemos a luta a favor dos conservadores e reacionários. A postura de combate exige que organizemos uma ampla campanha nacional com as bandeiras de uma Constituinte democrática e progressista. (Renato Rabelo)

Dívida, a principal causa

INFLAÇÃO (final)

Uma análise da inflação brasileira nas duas últimas décadas revela que dois fenômenos recentes se destacam como causa da alta acelerada de preços no período. Os aumentos do petróleo e a dívida externa. Os efeitos do primeiro já não se fazem sentir com a mesma intensidade de antes, sendo hoje inexpressivos. O pagamento dos juros aos banqueiros estrangeiros, contudo, explica não só a mudança de patamar da taxa de inflação entre 1982 e 1983 (quando dobrou, pulando de 99,7% para 211%) como a persistência de elevados índices nos anos seguintes. Por isto, analisaremos neste artigo unicamente a relação entre dívida externa e inflação.

Vejam os porque o endividamento provoca inflação. Em primeiro lugar, é preciso que atentemos para o caráter dos juros enviados ao exterior. Eles expressam a participação relativa dos banqueiros estrangeiros na **mais-valia** ou nos lucros arrancados pelos capitalistas dos operários brasileiros, constituem-se uma parcela do produto (ou das nossas riquezas) que é abocanhada pela comunidade financeira internacional.

Com o crescimento dos débitos (de 5,3 bilhões de dólares em 1970 eles subiram para cerca de 115 bilhões de dólares na atualidade) elevaram-se também os juros ou a parte do produto (a quantidade de riquezas) que o país precisa transferir ao exterior para remunerar os credores. Até o início desta década tais encargos vinham sendo rolados ou refinanciados, de forma que de imediato refletiam-se apenas no aumento do total da dívida, não demandando o crescimento da transferência real de recursos.

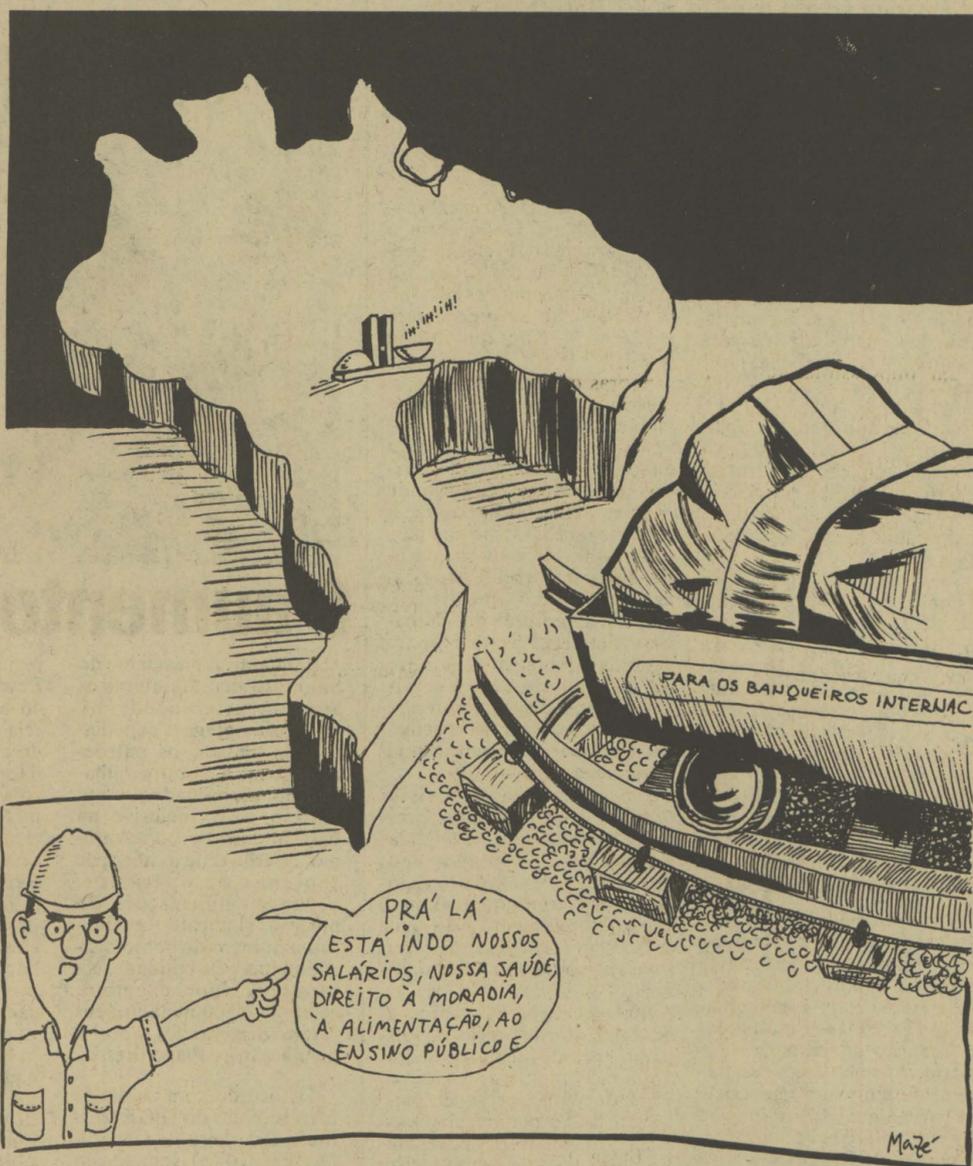
A partir de 1981, porém, o governo Figueiredo inicia um "ajuste" na economia com o propósito de viabilizar o pagamento efetivo dos débitos, processo que fica mais marcado no final de 1982 com a entrada em cena do FMI. O objetivo foi adequar a produção e a distribuição aos interesses dos banqueiros estrangeiros, viabilizando a remessa de juros e lucros ao exterior por via de elevados superávits comerciais, o que implicava em reverter a tendência da balança comercial (resultado das exportações menos importações), que entre 1970 e 1980 foi predominantemente deficitária.

Sob o ponto de vista dos capitalistas estrangeiros, o "ajuste" foi um sucesso. A virada foi brusca. Em 1978, o país (que já vinha num processo de perniciosa adequação às vicissitudes do mercado mundial) exportou um valor equivalente a 12,65 bilhões de dólares. No auge do "ajuste interno", o ano de 1984, as exportações alcançaram 27 bilhões de dólares (15,3 bilhões a mais). Chegamos a importar, em 1980, 23 bilhões de dólares; em 1985, as importações declinaram para 13,16 bilhões de dólares.

Logrou-se, desta forma, alcançar em 1984 e 1985 superávits comerciais superiores a 13 bilhões de dólares por ano (em 1986, por diversas razões - inclusive uma moderada resistência do governo contra o apetite dos credores externos -, o saldo diminuiu para cerca de 9 bilhões de dólares; em 1987 deverá situar-se entre 8 a 9 bilhões). Isto se deu e se dá às custas de uma drástica redução do mercado interno, sendo que o prejuízo é ainda maior devido ao processo recessivo que o acompanha.

Transferimos ao exterior 42,9% da safra recorde

Os entreguistas gostam de reduzir o significado da elevada transferência de recursos ao exterior, alegando que o volume remetido é desprezível em comparação com a dimensão da economia brasileira. Mas alguns números são suficientes para mostrar a fragilidade de seus argumentos. Tome-se, por exemplo, o valor da safra recorde de nossa história (de 1986/87), estimada em cerca de 33 bilhões de dólares em relação ao valor das exportações agrícolas em 1985, 8 bilhões de dólares, 26,4% da recorde ou a quantidade de recursos que temos transferido ao exterior ultimamente, em torno de 13 bilhões ou 42,9% sobre a



produção de grãos. Da mesma maneira, o volume de riquezas transferido ao exterior é inequivocamente grande se comparado a toda produção industrial e agrícola do país ou à formação de capital para investimentos internos (calculada, neste ano, em torno de 53 bilhões de dólares). A contrapartida do crescimento da participação dos banqueiros no produto brasileiro é a redução da parte que fica no país. Como se trata de uma parcela dos lucros pode-se pensar que afeta apenas a **mais-valia** dos demais capitalistas, que ficam, conseqüentemente, forçados a diminuir o nível de expansão dos seus negócios. Mas é bobagem imaginar que o conflito se resume nisto. Na verdade, eles tratam de proteger sua parte no bolo amentando-o por via do arrocho salarial.

Ninguém quer perder, mas o produto ficou menor

Tem lugar, portanto, uma acirrada luta de classes em torno da distribuição, uma vez que todos querem pelo menos preservar a participação relativa a cada um num produto que foi reduzido pela transferência de riquezas ao exterior. O movimento dos preços é um reflexo desta luta.

O processo de adaptação à dívida externa cria todas as condições para a inflação. Pagos os juros, resta efetivamente, como se viu, um produto menor para distribuir internamente, ou seja, reduz-se a quantidade de mercadorias em circulação no mercado interno. Se o valor nominal das remunerações (salários e lucros, basicamente) não diminuir na mesma proporção da queda do produto ocorrerá necessariamente a desvalorização da moeda.

Com efeito, é isto que se dá, no caso brasileiro, quando o valor equivalente ao superávit comercial (realizado para remunerar o capital estrangeiro) é transformado pelo governo em moeda interna, ou seja, em cruzados, para pagar os exportadores. Tal dinheiro circula sem se defrontar, no mercado, com a contrapartida em mercadorias, já que essas foram exportadas.

A manutenção do valor nominal das remunerações cria apenas a ilusão de que não houve alterações no processo de distribuição de rendas, ilusão que a desvalorização do dinheiro se encarrega de anular, ajustando os ganhos e gastos à realidade de um produto (disponível) para distribuição interna) menor. Neste processo, como se sabe, os capitalistas

logram preservar ou até mesmo aumentar seus lucros. Os assalariados, conseqüentemente, pagam a conta.

A desvalorização do dinheiro, no caso, patenteia a existência de um excesso de moedas em circulação sobre o produto disponível. Mas não se deve inferir daí que elevou-se a quantidade de dinheiro em circulação, como fazem os monetaristas. Ao contrário, vale repetir, houve uma diminuição, isto sim, do volume de mercadorias destinadas ao consumo interno, ocasionando um agudo choque de oferta.

Assim, explica-se que embora tenha havido uma queda real no volume de meios de pagamento entre 1981 a 1983 (quando eles cresceram a índices bem inferiores ao da inflação) a alta dos preços tenha dobrado no período.

Não é, porém, somente pela diminuição do produto que a dívida acaba se transformando em foco de inflação, embora seja este o efeito fundamental. Ela produz outros desequilíbrios que acabam pressionando os preços. Ao assumir o pagamento dos juros (83% dos débitos, aproximadamente, são de origem pública), o governo não só faz circular artificialmente moedas para remunerar os exportadores, como é forçado a recorrer ao endividamento interno para atingir esta finalidade, emitindo ainda mais e drenando recursos de toda a economia com o chamado "imposto inflacionário".

Desequilíbrios de toda a ordem para pagar a banca

A administração da dívida interna com a negociação de títulos junto ao sistema financeiro, tem implicado, ainda, na elevação sistemática das taxas de juros, acirrando o conflito decorrente da divisão da **mais-valia** ou dos lucros entre o capital bancário, industrial e comercial. E, também neste caso (como se dá quando diminui a renda disponível em função da dívida externa), os capitalistas ativos da indústria e do comércio reagem (como se pressionados por um aumento de custo) remarcando seus preços para continuar com os seus lucros no mesmo nível ou elevá-los.

O atual ministro da Fazenda, Bresser Pereira, gostava de observar que a política de controle da inflação adotada pelo Estado "é fundamentada em uma administração de lucros, salários e ordenamentos de preços e rendas".

Uma alternativa popular para controlar os preços

É verdade, mas e igualmente certo que o Estado burguês se orienta, também aí, considerando unicamente a ganância da burguesia. Procura ajustar a distribuição da renda (entre lucros e salários) tendo em conta uma taxa de acumulação do capital que se ajuste, por exemplo, aos interesses dos banqueiros estrangeiros sem afetar a expansão dos negócios da grande burguesia brasileira. Em poucas palavras, quer que a conta do combate à inflação seja paga exclusivamente pelos trabalhadores.

Os ideólogos que prestam serviços às classes dominantes, como o senhor Bresser Pereira, asseguram que é inevitável consolidar o arrocho salarial se se quer combater a inflação. Mas isto não corresponde à verdade.

Embora a política burguesa seja de fato esta, implicando em profundos prejuízos para os assalariados (como é o caso do plano Bresser) e o Estado, na atualidade, tenha poder suficiente para praticar a "política de rendas" que deseje, é possível combater a inflação de uma outra perspectiva, às custas dos ricos.

O cancelamento do pagamento da dívida externa (principal e juros) é um meio de controlar os preços, pois propicia o aumento da oferta interna de mercadorias. Da mesma forma, pode-se combater a inflação limitando a remessa de lucros das multinacionais; fiscalizando com rigor os monopólios; reestruturando o sistema financeiro interno de forma a solucionar o problema da dívida pública e reduzir as taxas de juros; taxando os lucros extraordinários do capital e realizando uma reforma agrária antilatifundiária. Um conjunto de medidas que não penalizam os trabalhadores.

Política e planos de combate à alta dos preços não são questões meramente teóricas ou técnicas, que dependem do maior ou menor grau de competência com que são administradas. O que entra em jogo são interesses contraditórios, especialmente entre capital e trabalho, na disputa pela apropriação da renda. Uma política neste sentido que atribua os poderes de decisão econômica, portanto, pressupõe um regime com o confronto de classes opostos ao do atual.

DE OLHO NO LANCE

Mais provocações

Executada principalmente pela Polícia Federal, está em pleno andamento a tentativa de forjar uma versão fantasiosa sob os protestos contra a comitiva presidencial ocorridos dia 25 no Rio de Janeiro e de acusar as forças progressistas de atentado contra a vida do presidente. Nesta campanha está envolvido diretamente o próprio chefe do governo.

Quem ainda tem dúvidas sobre estes fatos ou não dá a eles a devida importância precisa atentar para dois acontecimentos recentes. Primeiro, a Polícia Federal acusou diretamente o Comitê Pró-Diretas do Rio de ter organizado o apedrejamento do ônibus presidencial. E o mais grave veio depois. No programa "Conversa ao Pé do Rádio" do dia 3 Sarney fez coro com as acusações, e não satisfeito chegou a justificar o golpe de 64, insinuando que a esquerda foi responsável por ele. Como se vê, a escalada de provocações prossegue e se agrava. As palavras ameaçadoras têm se seguido atitudes típicas dos tempos do regime militar, e os democratas precisam ficar alertas para os riscos que a liberdade política passou a correr.

DECLARAÇÕES DE LUIZ ANTÔNIO

Fazendo o jogo dos empresários

Causaram grande impacto as declarações do recém-eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros. Em entrevista a vários órgãos de imprensa, ele investiu contra a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Desta forma, fez coro à raivosa campanha patronal que visa eliminar estes direitos previstos no anteprojeto da nova Constituição.

As declarações do sindicalista coincidem com a intensificação do processo de mobilização dos empresários para derrotar o capítulo do anteprojeto da Comissão de Sistematização da Constituinte que trata dos direitos dos trabalhadores. Nas últimas semanas, as forças conservadoras aumentaram a pressão para invalidar o texto que prevê estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, 14º salário, direito irrestrito de greve, férias em dobro e autonomia e liberdade sindical.

Na terça-feira, dia 7, por exemplo, o Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Ciergs) promoveu um ato pela "liberdade empresarial", na cidade de Esteio, que contou com a presença de mais de 5 mil capitalistas. Nela os industriais aprovaram um plano de luta para impedir que esses direitos trabalhistas sejam aprovados na Constituinte.

Reforço ao falso argumento patronal

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos simplesmente reforçou os argumentos patronais. Tratou de "demagogia, paternalismo e empulhação" as garantias de estabilidade, redução da jornada e 14º salário. afirmou que a "estabilidade no emprego não existe em parte alguma do mundo" e que ela "vai acabar se transformando num desaguadouro de demissões por justa causa". Quanto à redução da jornada de trabalho, sofismos que se ela for aprovada "teremos que trabalhar 50 horas em vez de 40 horas semanais".

Seu ataque às bandeiras mais caras do movimento sindical não parou por aí. Indiretamente, também atacou a luta pela suspensão do pagamento da dívida externa. Para ele, inclusive, a decisão do governo de decretar a moratória foi a principal responsável pela crise econômica e o desemprego no país. "Ficam aí os burocratas se orgulhando de não pagar a dívida aos banqueiros estrangeiros e o povo é que agüenta as consequências dramáticas de tal atitude", raciocinou.

Num discurso que lembra as piores mentiras dos latifundiários, o "líder sindical" defendeu, discretamente, uma política agrícola para o país, contrapondo-a a reforma agrária reivindicada pelos trabalhadores rurais. "É preciso que seja adotado o critério da produtividade da terra e não o da distribuição da terra ao homem desequipado de capital e tecnologia", afirmou, corroborando com os argumentos da UDR.

Uma visão sindical de conciliação

Essa conduta reacionária de Luiz Antônio já fora denunciada no período de campanha eleitoral para o Sindicato dos Metalúrgicos, no final de

junho. Na ocasião, o encabeçador da Chapa I não abriu o jogo por inteiro. Preferiu esperar o resultado das urnas. Na verdade, suas opiniões não são novidades. Só surpreenderam pela ênfase com que foram ditas.

De há muito que ele vinha se indentificando com as posições mais imobilistas e conservadoras do sindicalismo. Prova disso foi sua adesão à campanha de Antônio Ermírio de Moraes nas eleições para o governo do Estado no ano passado. Outra prova foi sua aproximação à corrente sindical aglutinada em torno do ICT (Instituto Cultural do Trabalho). Este organismo é financiado pelo Iadesil (Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre) e defende a política de conciliação de classes dos sindicalismo norte-americano.

Em entrevista a revista "Senhor", ele atacou a proposta de greve geral defendida pela CGT e CUT para barrar o desemprego. "Está muito cedo para isso. A tradição, no Brasil, não é de greve geral... Não concordo com essa greve e não vou levar minha tropa à desmoralização", disse.

Suas declarações contra a estabilidade e a redução da jornada foram recebidas com aplausos e muitos elogios. Segundo Wolfgang Sauer, presidente da Autolatina (empresa que coordena as atividades da Ford e Volkswagen no Brasil e na Argentina), os argumentos do sindicalista reforçam a luta contra as "medidas populistas da Constituinte". Pedro Eberhardt, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes de Veículos Automotores (Sindipeças), parabenizou Luiz Antônio, afirmando que suas "colocações são inteligentes, pois se a estabilidade vier, haverá mais desemprego".

Repúdio entre os sindicalistas

Já no meio sindical a reação foi de total repúdio. Só Antônio Pereira Magaldi, presidente da ultra-direitista USI (União Sindical Independente), e Antônio Magri, presidente do Sindicato dos Eletricistas e dirigente da ICT, elogiaram Luiz Antônio. Joaquim dos Santos Andrade, presidente da CGT, preferiu não atacar abertamente o novo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos - a quem apoiou nas últimas eleições. Mas rebateu: "Eu continuo com minhas afirmações de que é preciso garantir a estabilidade e a redução da jornada. São reivindicações aprovadas nos congressos da CGT e não sou eu que vou deixá-las de lado".

No interior da CGT - central ao qual Luiz Antônio é dirigente estadual -, é grande o clima de insatisfação. Segundo Nivaldo Santana, diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Purificação de Água e



Foto: Marcia Zoet

O aumento do desemprego

Enquanto o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos ataca a estabilidade no emprego e prega a conciliação de classes, os patrões continuam a demitir milhares de trabalhadores em todo o país. Inclusive na base sindical de Luiz Antônio, o facão ceifa a cabeça de centenas de operários. Segundo informações do próprio sindicato, aumentou o número de homologações feitas pela entidade. Na Monarck, por exemplo, cerca de 1.500 metalúrgicos foram dispensados após a divulgação do Plano Bresser.

De acordo com os dados mais recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), somente no mês de maio mais de 320 mil pessoas perderam seus postos de trabalho em seis regiões metropolitanas pesquisadas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador). Com isso, elevou-se para mais de 2 milhões o total de desempregados nessas áreas.

EFEITO CASCATA

As demissões, fruto da recessão em curso no país, atingem vários setores da economia. O setor automobilístico até agora é o mais afetado pela retração da demanda. Segundo as concessionárias de veículos da

região metropolitana de São Paulo, as vendas caíram 46,43% de janeiro a maio em relação ao mesmo período do ano passado. Até o início da semana passada, as poderosas montadoras de automóveis acumulavam um estoque de mais de 33 mil unidades nos seus pátios em todo o país.

Já no segmento das autopeças, onde a dependência em relação às montadoras é de mais de 50% nas encomendas, o quadro de retração é ainda maior. Segundo o próprio sindicato patronal, os pedidos de peças e equipamentos caíram 40% nos últimos meses e as demissões no primeiro semestre chegaram a 8 mil funcionários, num efetivo de 293 mil operários.

A queda da produção nesses setores é sentida na carne pelos trabalhadores. Na região do ABC paulista, onde se concentram as poderosas montadoras multinacionais, o quadro de demissões é assustador. Só em São Bernardo do Campo ocorreram 18 mil demissões de janeiro a junho. Na área toda, segundo informações dos sindicatos, as dispensas atingiram 25 mil metalúrgicos neste semestre. E a tendência é aumentar o número de desempregados. "Das 18 mil demissões ocorridas em São Bernardo, dez

mil foram feitas pelas montadoras de automóveis. Como para cada emprego na indústria automobilística são gerados outros seis nos setores a ele vinculados, dá para imaginar o efeito cascata que ainda está por vir", comenta Vicente Paulo da Silva, presidente do sindicato local.

FÉRIAS COLETIVAS

O facão vitima de norte a sul. Segundo a Fiesp, nas três semanas de junho foram demitidos 7.650 operários da indústria paulista. No caso de Minas Gerais, só a Fiat dispensou 800 metalúrgicos no mês passado. No Rio Grande do Sul, em Canoas, a Massey Perkins colocou na rua 350 trabalhadores. E em Manaus, 13 empresas da Zona Franca deram férias coletivas para 15 mil funcionários e agora ameaçam com novos cortes.

As centenas de férias coletivas concedidas pelas empresas são outro indicativo de que o desemprego ronda os lares operários. Na base metalúrgica de Luiz Antônio, por exemplo, 15 firmas concederam férias coletivas em julho, deixando 6 mil operários em clima de medo. No global da indústria da capital paulista, 110 empresas utilizaram-se do mesmo artifício para reduzir a produção.

Esgoto e membro da Executiva estadual da CGT, "o Luiz Antônio se incompatibilizou com a central, que em todos os congressos defendeu a estabilidade e a redução da jornada". Para ele, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos deve se retratar "senão ele cria um impasse. Ficaremos sem saber se o local dele é na rua do Carmo, na sede sindical, ou no prédio da Fiesp". Jamil Murad, diretor do Sindicato dos Médicos e ex-secretário geral da CGT, vai mais longe. "A CGT deve tomar uma posição oficial desautorizando tais declarações. Caso contrário, ela se desgasta entre os trabalhadores".



Luiz Antônio Amato, da Fiesp: amizade contra os trabalhadores

Foto: Homero Sérgio

ASSALARIADOS

"Pior que durante a escravidão"

"É provável que, durante a escravidão, os escravos tinham melhor alimentação, pois, com os 44 dólares do salário-mínimo atual, é uma piada pensar em alimentação decente para toda uma família. Com

Cz\$ 1.969,92 de hoje o trabalhador gasta exatos Cz\$ 846,00 por mês, ou 42,95% apenas para comprar um litro de leite e seis pães por dia. Além disso, computando-se duas passagens de ônibus no valor de Cz\$ 8,00

por dia, isso daria Cz\$ 384,00 ao mês, ou seja, 19,49% ao mínimo. Os números são duros, mas são esses mesmos. Ninguém está inventando".

O desabafo, incluindo o tom indignado e os dramáticos números, é da insuspeita secretária de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, Dorotheia Werneck, e, em si, constitui uma contundente condenação da política econômica do governo, em especial do plano Bresser, que consagrou o maior arrocho salarial da história - fixando o mínimo em seu menor valor real desde que foi instituído na década de 40.

CESTA BÁSICA

Aliás, a situação desesperadora dos assalariados (principalmente os que vivem do mínimo, 18 milhões de traba-

lhadores; ou os que ganham menos, cerca de 8 milhões, segundo dados do IBGE) é uma realidade que mesmo a demagogia dos governantes não tem logrado esconder. E que vem se agravando: conforme informações divulgadas na semana passada pelo Dieese, a cesta básica, com 13 produtos essenciais, custa nesses dias Cz\$ 1.662,15, sendo que numa família de dois adultos e duas crianças o gasto mensal apenas com alimentação é de Cz\$ 4.986,45. Para a mera subsistência de tal família o salário mínimo de junho deveria ser de Cz\$ 13.858,95.

No entanto, voltando aos dados da funcionária do Ministério do Trabalho, Dorotheia Werneck, o mínimo brasileiro equivalente hoje a 44 dólares, é inferior ao do Chile (80 dóla-

res), da Colômbia (85), da Venezuela (100) e da Argentina (130). Revoltada, ela salienta que o governo "tem que acabar com essa história de distribuição de leite e pão de graça, como se isto fosse resolver o problema. É preciso colocar um ponto final no paternalismo, pois, se se deseja efetivamente criar um mercado consumidor forte no país é preciso, antes de tudo, pagar um salário digno aos trabalhadores". O economista Dêrcio Garcia Munhoz, após analisar a situação dos salários com o plano Bresser, afirmou em recente artigo na "Folha de São Paulo": "A conclusão terrível, baseada nos números frios, é que se está conseguindo o milagre de levar os trabalhadores em desespero, a diluir em boas saudades os baixos salários deixados pela Velha República".

RS pela greve geral

A CGT do Rio Grande do Sul realizou, dia 4, uma plenária estadual reunindo cerca de mil trabalhadores e 150 entidades sindicais. Todos os pronunciamentos mostraram que o presidente da República está fazendo uso dos grandes meios de comunicação para propor a total abertura do país ao capital estrangeiro. Apesar da resistência apresentada por vários sindicalistas, a esmagadora maioria do plenário aprovou um manifesto apoiando a greve geral com três reivindicações: contra o arrocho salarial, por uma Constituição Democrática e Progressista e Diretas em 1988. Também os comerciantes gaúchos realizaram plenária estadual, dia 5, para discutir as lutas da categoria em conjunto dos trabalhadores. Eles pretendem desenvolver a luta unitária pelo sábado inglês, que estabelece o horário de trabalho aos sábados.

(da sucursal)

Pauta dos Bancários

Os bancários do Piauí realizaram no Centro de Convenções de Teresina o seu primeiro encontro estadual, discutindo questões de interesse da categoria, como o papel dos sindicatos como instrumento de luta dos trabalhadores e a questão salarial após o Cruzado III. Os participantes do encontro repudiaram o arrocho salarial e o processo recessivo provenientes do chamado Plano Bresser. Foi aprovada ainda a pauta de reivindicações dos bancários para a convenção coletiva de setembro, a ser apresentada ao encontro nacional em Brasília (24 e 25 de julho), quando será aprovada a pauta única de todo o país. O encontro representou um grande esforço da organização dos bancários do Piauí.

Apoio para posseiros

Está sendo convocado para o dia 15, às 18h30 no Plenário D. Pedro I da Assembléia Legislativa de São Paulo, uma reunião para tratar da solidariedade a oito posseiros presos no interior de São Paulo. Eles estão presos na cadeia de Iguape, desde dezembro, acusados da morte de três jagunços em março de 1986. Os presos foram submetidos às mais brutais violências na prisão e suas famílias passam por enormes dificuldades. Entidades, partidos e organizações populares estão convidadas a participar da reunião, convocada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária, núcleo do Vale do Ribeira. Os posseiros presos são: Anísio Barbosa de Souza, Justino Vitalino Pereira, César Pereira Rodrigues, Nivaldo Silva de Oliveira, Nelson Silva de Oliveira, Antônio de Souza, Josias Barbosa Silva e José Domingos.

União de Mulheres-PE

A União de Mulheres do Recife voltou a desenvolver suas atividades na luta emancipacionista no último dia 5. Num encontro na Câmara Municipal, com sindicalistas, donas de casas, estudantes, profissionais liberais, camponesas, representantes de entidades e partidos políticos e uma delegação da Comissão Pró-União de Mulheres da Paraíba, formalizaram a fundação da entidade. Foi discutido o estabelecimento de um plano de ação para a retomada das atividades, elaborados os estatutos e eleita uma diretoria para um mandato de dois anos. Serão encaminhadas questões como a divulgação da entidade; atividades nos bairros, locais de trabalho e escolas; coleta de assinaturas para emendas à Constituinte; apoio à luta pela reforma agrária; pela suspensão do pagamento da dívida externa; entre outras. Solange de Souza foi eleita a presidenta da União de Mulheres do Recife. Em Recife as mulheres representam 1/3 da população trabalhadora, mas apenas 2% das assalariadas ultrapassam a faixa dos 10 salários mínimos.

UM de Ribeirão Preto

Com a eleição de uma diretoria provisória e a aprovação do estatuto social por uma assembléia com mais de 200 pessoas no auditório do Escritório Regional de Saúde, foi criada oficialmente, dia 5, a União de Mulheres de Ribeirão Preto (SP). A entidade vai substituir, de fato e de direito, a Comissão de Mulheres daquela cidade, criada há mais de quatro anos. Os objetivos são os mesmos: promover a luta pela emancipação feminina e combater a discriminação da mulher no lar, no trabalho, na escola ou no ambiente social. A solidariedade contou com o apoio e presença de entidades sindicais e populares - inclusive os sindicatos dos Metalúrgicos, dos Bancários, e dos Profissionais de Saúde. A titular da Delegação da Mulher de Ribeirão, Aparecida Penna, fez um balanço pouco animador da violência contra a mulher: mais de 3.500 casos registrados em menos de 13 meses de funcionamento do órgão policial. Com mandato de um ano, foi aclamada a diretoria provisória da União de Mulheres de Ribeirão Preto, presidida por Maria Dilma Bichinho Favacho. A primeira atividade da entidade será a coleta de assinaturas de populares para emendas à Constituição. (da sucursal)



ASSASSINATO DE PAULO FONTELES

A homenagem de Teresina

Depois de uma interrupção - por problemas de espaço devido à necessidade de divulgar as manifestações de repúdio ao assassinato de Paulo Fonteles, voltamos a publicar nesta página as cartas dos leitores. Envie você também a sua denúncia, a sua opinião sobre as lutas e os sofrimentos do povo.



Manobra do Sarney

É vergonhosa e inaceitável a proposta de prorrogação de mandatos de prefeitos para mais dois anos, ficando oito anos no poder. E com o apoio do presidente Sarney, acredito que esteja querendo também receber o apoio dos prefeitos para espichar o seu mandato para cinco ou seis anos. O presidente Sarney se esqueceu que foi eleito para um mandato de transição de quatro anos como desejava Tancredo Neves.

liderou a derrubada das eleições diretas, a grande bandeira do povo brasileiro. E agora está apoiando e em dose dupla a prorrogação para prefeitos e da Presidência da República.

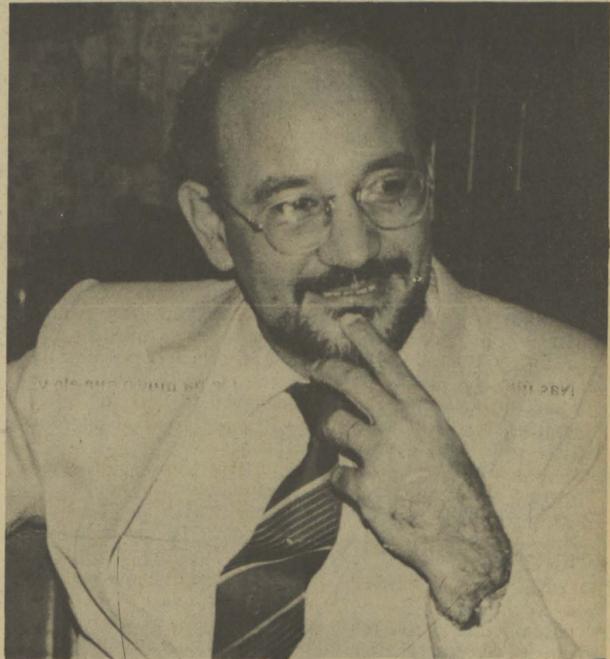
É bom que saiba que o povo está de olho nesses falsos profetas da democracia, mascarados de democratas que na realidade só visam interesses pessoais e o bem estar de suas famílias. (Aduato José, vice-presidente do PMDB de Sandovalina, SP)

Quase cem pessoas participaram de um ato em homenagem a Paulo Fonteles no último dia 6 no plenário da Câmara Municipal de Teresina, no Piauí. Ao abrir a sessão, o presidente do Diretório Regional do PC do B (promotor do evento), vereador Osmar Júnior, explicou que estava-se homenageando "um homem que dedicou a sua vida à causa dos trabalhadores brasileiros e que sucumbiu nas mãos assassinas do latifúndio".

Mais adiante enfatizou: "A morte de Paulo nos deixou lições de grande importância. Sua militância era algo profundamente consciente, era uma opção cotidiana. Ele sabia das ameaças que sofria e não se intimidava diante delas. E nós temos um dever para com todos esses companheiros que tomaram na luta, o de organizar todos os setores democráticos da sociedade para exigir que o governo identifique e puna os responsáveis por esses crimes e que a reforma agrária seja aplicada imediatamente".

Estavam presentes à mesa diretora do ato os presidentes da CGT estadual, Genésio Nunes; da Federação de Bairros, Anselmo Dias; e do DCE, Francisco Galvão. Manuel Domingos, da direção regional do PC do B, afirmou na ocasião que "o assassinato de Paulo Fonteles expressa o acirramento da luta de classes no país, quando a Constituinte tenta passar por cima dos anseios progressistas da nação, quando as classes dominantes esforçam-se por manter o país num regime de arbítrio e autoritarismo".

Durante todo o ato foi denunciado o caráter fascista da organização dos latifundiários, a UDR, responsável pela morte de Paulo Fonteles e de muitos outros dirigentes da luta camponesa. Todos os presentes foram contra a presença do presidente nacional da UDR em Teresina, que seria homenageado pelas classes patronais com um jantar no Centro de Convenções no dia 8.



Paulo Fonteles, o advogado dos posseiros e dirigente do PC do B

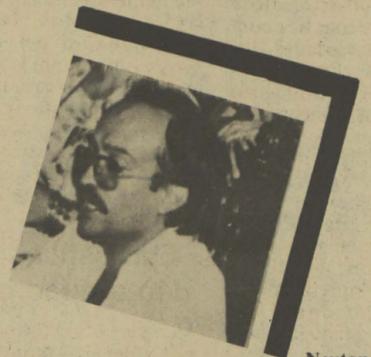
Falta estrada no MA

Os lavradores da região de Vila Newton Bello, Barracão de Madeira, Alto de Fátima, município de Monção, estão revoltados com a falta de estrada de Barracão de Madeira a Vila Newton Bellom o que os levou a perder suas safras de legumes e frutas. São 60 km onde só entra carro pelo verão. No inverno, se os moradores querem sair para a cidade, têm que viajar um dia todo a pé ou de cavalo. Se alguém adoece, é transportado de rede toda esta distância para ir ao médico.

Estão todos revoltados com o governo de Cafeteira, que depois de sua vitória os desprezou e não está cumprindo as promessas feitas em palanque, nas praças públicas. Os lavradores têm que vender o seu arroz por preços muito baixos. O preço de um alqueire de arroz é igual ao de um quilo de açúcar. Os compradores dão o preço que querem, e os trabalhadores são obrigados a vender, pois não têm outro jeito. (R.S.P., MA)

A força do sangue derramado

O presidente do PC do B no Pará, Neuton Miranda, percorreu o Sul do Estado para uma série de homenagens a Paulo Fonteles, advogado dos posseiros da região, assassinado por latifundiários no dia 11 de junho. Neste artigo, Neuton relata a sua viagem e a indignação e revolta dos trabalhadores rurais com o bárbaro crime.



Neuton Miranda, pres. PC do B-PA

Anistia irrestrita

Como cidadão sem recursos materiais, professor de ensino de nível secundário (licenciado em Letras), completando agora 50 anos de idade e aguardando uma aposentadoria pela Lei de Anistia Política, benefício negado, por duas vezes aos marinheiros e fuzileiros navais que participaram do chamado levante ou "motim" dos dias 25, 26 e 27 de março de 1964, no prédio do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, venho, mais uma vez, à presença dos senhores para lhes pedir que, pelo seu jornal, façam chegar às autoridades judiciais e aos constituintes em geral, o apelo dos marinheiros e fuzileiros navais, a quem, insistentemente, vem sendo negado o benefício da anistia, por duas vezes ensaiada nos arraiais do Congresso Nacional e arrebentada pelos ministros militares e seus aliados de última hora.

Uma prova de que tudo isso está acontecendo com relação à anistia dos cabos e soldados está na declaração conjunta feita recentemente pelos ministros militares, que estariam armados até os dentes para derubar o pleito mais sagrado que a Constituinte votará favoravelmente, pois trata-se da vontade geral da nação brasileira e que, segundo os mais transparentes tratados de direitos políticos, deve ser transformado em lei definitivamente.

(J.C.N., ex-cabo fuzileiro naval, expulso do CFN em outubro de 1964 pelo Aviso 2065 do M. Marinha, Pernambuco)

Invasão e saque

Em São José de Piranhas, Paraíba, verificou-se no último dia 30, uma cena já rotineira no sertão nordestino em tempo de seca: a invasão e o saque da cidade, por parte de flagelados vindos da zona rural. Como das outras vezes, isto aconteceu pela demora do governo estadual em acionar as frentes de emergência, uma espécie de esmola distribuída pelo governo federal nos anos de seca.

soas precisando se alistar para garantir a sobrevivência, a cidade foi contemplada com apenas 300 vagas, numa proporção de 16 pessoas para cada vaga. No município de Carra-pateira, são cerca de 1.500 pessoas para 27 vagas apenas. Também no município vizinho de Monte Horebe, são 2.500 pessoas para 97 vagas. Com um grau alarmante destes, ainda existe o agravante da manipulação das vagas pelos chefes políticos locais, distribuindo as vagas apenas a quem lhe interessar. Com isso a situação tende a se agravar, podendo chegar a atos de violência mais graves. (J.E.A.S., São José de Piranhas, PB)

Nos dias 26 e 27 de junho, Paulo Fonteles iria dar um curso sobre partido leninista em São Geraldo do Araguaia, para trabalhadores rurais. Pensei em ir com ele, mas jamais substituí-lo. Não foi fácil andar sem o Paulo, por estradas que percorremos tantas vezes juntos. Que saudades das suas estórias, da sua risada, do seu canto...

Tristeza tomou conta do povoado de Dois Irmãos

Não foi possível realizar o curso. Muitos não vieram, pensando que não seria realizado. Quem veio, só queria falar do Paulo, de sua vida, seu assassinato e de como fazer justiça. Zé Maria, delegado sindical de São Geraldo, já conseguira conter as lágrimas. No ato do 7º dia, em Belém, Zé Maria, com seus 100 kg e quase 1,80m de altura, chorou copiosamente, enrolado numa bandeira do PC do B onde, vez por outra, enxugava as lágrimas.

Manoel, que lidera uma comunidade de posseiros que luta por uma área de terra, contava que a revolta foi tão grande que muitos pretendiam invadir a sede da fazenda e tocar fogo. Pedro Madereiro, diretor do STR de Xinguará, dizia que a tristeza tomou conta do povoado de Dois Irmãos. Substituíram a festa do Dia do Trabalhador Rural

por um ato público. Pedro pediu ingresso no partido, para dar continuidade à luta do Paulo. Amaro Lins, de sessenta e poucos anos, que foi para a região com os guerrilheiros do Araguaia, disse que estava pronto para qualquer ação.

Neusa, Joãozinho, Raimundo Matias também expressaram sua revolta. Depois de muita discussão, foi decidido que a melhor homenagem a Paulo Fonteles é intensificar a luta pela reforma agrária. Foi aprovada a coleta de assinaturas para a emenda popular à Constituinte e um ato público, em 19 de julho, em São Geraldo.

O primeiro vereador do PC do B no Pará

Fui a Marabá, onde, no dia 25, foi realizada uma sessão solene na Câmara Municipal em homenagem a Paulo. O vereador João Calmon, do PMDB, informou que apresentou um projeto dando o nome de Paulo Fonteles a uma avenida da cidade. Estava presente, dentre muitas lideranças sindicais, partidárias e populares, a vice-prefeita Adelina Bráglia.

Cheguei em Xinguará dia 28. Uma alegria: no dia anterior, José de Paula, presidente do PC do B local, tomou posse como vereador. As dependências da Câmara foram inteiramente tomadas por populares, como jamais acontecera. Zé de Paula é o primeiro vereador do PC do B no Estado. Com seu jeito de camponês, disse que fez um pronunciamento de 1 hora e 10 minutos, discorrendo sobre a vida de Paulo Fonteles, as propostas do partido para a Constituinte e os problemas de Xinguará. "Um discurso de deputado", dizia cheio de si.

No dia 28 à tarde participei do ato convocado pelo STR de Rio Maria, de repúdio ao assassinato de seu advogado. Em fila, os trabalhadores assinaram o documento pela reforma agrária. Presentes antigos companheiros de luta, tomados de dor e revolta: Dóza, Zé Alves, dr. Raimundo, Roberto, Expedito, Valdélcio, Ronaldo Giusti, familiares de João Canuto...

O velho Dóza me disse que seu ódio foi tanto que não conseguiu chorar. Afastado há meses do trabalho partidário por motivo de saúde, estava de malas prontas para ir comigo a Belém, discutir suas tarefas de comunista. O velho Zé Alves, remanescente da luta camponesa de Trombas e Formoso em Goiás, antigo militante comunista, se deslocou de Ourilândia, no município de São Félix do Xingu, até Rio Maria, para participar do ato.

Dr. Raimundo, vereador e presidente do diretório do PMDB de Rio Maria, dizia, em lágrimas, que Paulo foi o melhor amigo que teve em seus 56 anos de existência. A viúva de João Canuto - outro mártir da luta pela reforma agrária - contou que não conseguiu andar; teve que ser carregada quando tomou conhecimento do assassinato.

Participaram do ato centenas de trabalhadores rurais, profundamente revoltados. Alguns armados, temerosos de provocações. Se pronunciam dirigentes sindicais, dentre eles o vereador e presidente do STR de Xinguará, Manoel Crispim, o presidente do STR de Rio Maria, Valdélcio - que relatou a batalha entre camponeses e latifundiários durante a votação na comissão de reforma agrária da Constituinte. Falaram o padre Pedro, o dr. Raimundo, dirigentes locais do PC do B, como Ronaldo Giusti, advogado que seguiu os passos de Paulo e se dedica à defesa de posseiros.

Trabalhadores rurais estão revoltados

Para este mês de julho estão programadas inúmeras outras manifestações no Sul do Pará e outras regiões do Estado. Paulo Fonteles vive. Sua luta continua. Agora com a força de seu sangue derramado estimulando-a. Justiça será feita.

Punição para os assassinos

O PC do B indicou os advogados Márcio Bastos, José Carlos Castro, Américo Leal, Oneide Fonteles e Jorge Farias para acompanhar o inquérito policial visando apurar responsabilidades e punir os assassinos de Paulo Fonteles. Foi a resposta do partido a uma solicitação do governo paraense, feita através do ofício 780-87, expedido pela Casa Civil. Nesse ofício, o chefe da Casa Civil, Frederico Coelho de Souza, afirma entre outras coisas:

"Acuso, em nome do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o expediente subscrito por V. Sa. e representantes de diversas entidades, reclamando a imediata prisão dos pistoleiros e mandantes do

assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles de Lima (...)

"Apesar do desejo e, mais do que isso, do esforço e determinação do governo em identificar os culpados e puni-los, não se pode ignorar a circunstância de que a punição pressupõe sempre a certeza da autoria, a que só se chega quando há indícios ou mesmo vestígios capa-

azes de conduzir as investigações aos verdadeiros responsáveis".

Foi isso, segundo o ofício, que levou a que o governador solicitasse ao PC do B e à OAB "a indicação de advogados para acompanhamento do inquérito e até mesmo fornecimento de subsídios" para elucidar o crime.



Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011) Telex: 01132133 TLOBR

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Jofilly, Olivia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: R. Simom Bolivar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.

Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar -

Centro, Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatú: praça Otávio Bomfim, s. n. Altos, CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPIRITO SANTO - Cachoeiro do Itapeirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.

GOIÁS - Goiânia: R. 3, nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: R. Grande, 921

-Fone: 221-5444 - CEP 58100.

PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Maranhão, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80.000. Londrina: R. Serapi, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.

PIAUI - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000.

PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigarino Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 8, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. do Sossego, 221 - Boa Vista - CEP 50000.

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiá, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

-Fone: 221-5444 - CEP 58100.

PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Maranhão, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80.000. Londrina: R. Serapi, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.

PIAUI - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000.

PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigarino Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 8, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. do Sossego, 221 - Boa Vista - CEP 50000.

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiá, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigarino José Inácio, 687 - CEP 90000. Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 (aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas). Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto, 1.857, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: R. Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar - Caixa Postal 643 CEP 98700.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 80 - Sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, B, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis:

Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antonio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817, 1º andar, sala 2 - CEP 18600. Campinas: R. Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: R. Vilela, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviédo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anna Carolina Ltda. Composição: Pavi-Op e Fotobit. Pauta: Edson Lida. Fone: 85-9738 - Impressão: Ed. Moraes, Fone: 815-4999 - São Paulo

Fábrica envenena operários

Há mais de dez anos a Eletro Cloro deixou, conscientemente, que seus empregados fossem intoxicados com mercúrio

Por mais de dez anos a direção da fábrica Eletro Cloro, em Santo André, na Grande São Paulo, permitiu que seus operários se envenenassem diariamente e não os avisou. Após a denúncia feita pelo Sindicato dos Químicos do ABC, a fiscalização da DRT (Delegacia Regional do Trabalho) constatou que os trabalhadores realmente estavam intoxicados com mercúrio. Duas áreas contaminadas com mercúrio a níveis acima do tolerado (setor de unidade eletrolítica) foram imediatamente interditadas e 79 operários dos 210 que ali trabalhavam estão afastados do serviço e sofrerão um rigoroso exame no Hospital das Clínicas.

Inquérito policial contra a empresa

A contaminação por mercúrio afeta gravemente o organismo e geralmente não tem cura. A pessoa afetada pelo mercúrio pode sofrer alterações no sistema nervoso, psíquico e renal, provoca sangramento das gengivas e queda dos dentes. O doente fica com tremor nas extremidades dos membros (mãos e pés) e nos casos graves o indivíduo não consegue nem se alimentar ou abotoar uma camisa.

Só agora, depois da fiscalização, é que os operários ficaram sabendo que estavam respirando ar envenenado na fábrica. Mas há mais de dez anos o Departamento Médico e a direção da empresa tinham conhecimento de tudo isto, não alertaram os trabalhadores e nem tomaram qualquer medida de prevenção. O fiscal da DRT, dr. Mário Bonciani, explicou à **Tribuna Operária**: "Nos levantamentos que nós fizemos na empresa constatamos que desde maio de 1976 a incidência do mercúrio era elevada. Numa avaliação feita nesta época pela própria empresa verificou-se que cerca de 95% dos trabalhadores tinham nível de mercúrio na urina acima dos limites determinados pela legislação atual. Em 1980 cerca de 30% dos trabalhadores estavam com nível excessivo de exposição ao mercúrio".



A cada ano 300 mil dedos são perdidos em acidentes de trabalho no Brasil

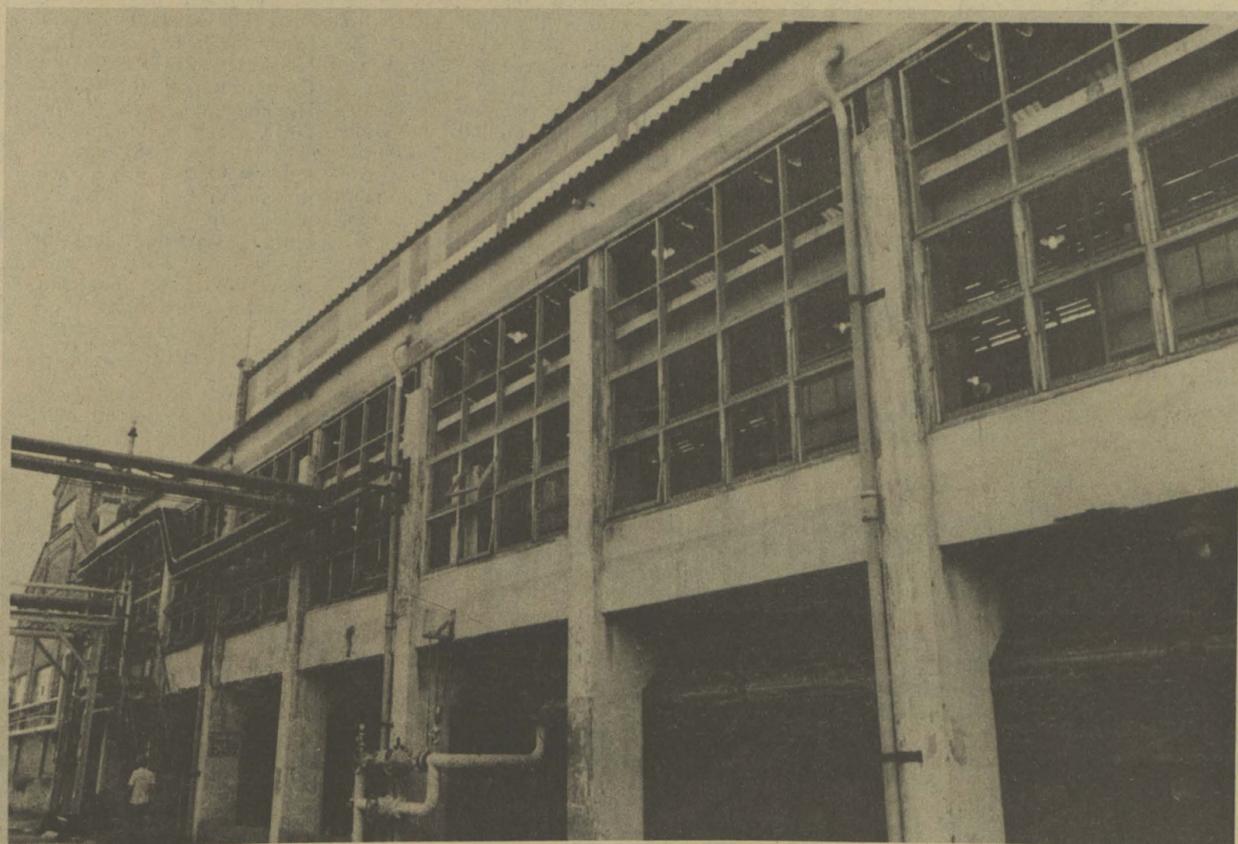
No último dia 2 foi aberto um inquérito policial contra a Eletro Cloro, instaurado pela Coordenadoria Geral de Acidentes de Trabalho do Ministério Público do Estado. Se for confirmada a responsabilidade do gerente ou encarregado da segurança, eles poderão ficar detidos por até dois anos por crime de lesão corporal culposa. Caso realmente sejam punidos será um fato inédito em nosso país. O médico responsável pela área de saúde da empresa, dr. Meira, também foi denunciado junto ao Conselho Regional de Medicina por negligência.

A Eletro Cloro, com 1.300 trabalhadores, faz parte da multinacional belga Solvay e fabrica cloro (sendo responsável por 10% da produção nacional) e vinil cloro, matéria intermediária do PVC. O mercado dos produtos químicos no Brasil atualmente é controlado pelos maiores trustes mundiais do setor, como a Bayer, Rhodia, Du Pont, Basf, Hoechst, Ciba Geigy, Dow Química. Retiram daqui lucros imensos sem ter o mínimo respeito para com a saúde do trabalhador e da população em geral. A Bayer, por exemplo, há poucos anos, numa descarada interferência nos assuntos internos do país, pressionou os governos estaduais para evitar que fossem aprovadas leis que restringissem o uso dos agrotóxicos.

Estatísticas não dão o quadro real

O caso ocorrido na Eletro Cloro não é um fato isolado. Segundo o diretor do Sindicato dos Químicos do ABC e secretário geral do Diesat (Departamento Intersindical de Estudos da Saúde do Trabalhador), Remigio Todeschini, "as empresas fazem todo um trabalho para esconder as doenças dos trabalhadores". Segundo ele as estatísticas oficiais não condizem com a realidade, estando muito abaixo do nível real.

Mas mesmo incompletos, os números nos dão um quadro macabro das condições de trabalho no país, colocando o



Neste setor da fábrica é onde a contaminação com mercúrio é maior: 79 dos 210 operários já foram afastados do serviço

Brasil como campeão em acidentes de trabalho. Só no ano passado foram mortos 4.578 trabalhadores, uma morte a cada duas horas. O número de mortes nos últimos cinco anos é superior a muitas guerras: 22.180, sendo que 27.671 ficaram total e permanentemente mutilados e 119.412 mutilados parcialmente. A cada ano se registra a perda de 300 mil dedos, coisa sem paralelo no globo.

Estes dados dizem respeito apenas àqueles que estão cadastrados pela Previdência Social, cerca de 26 milhões de pessoas. Mas existe um número talvez igual, que trabalham sem nenhum tipo de cadastramento, o que faz supor que o número de acidentados deva ser, no mínimo, o dobro do nível oficial.

(Domingos Abreu)

OPINIÃO DOS MÉDICOS

Bonciani: "Punir este crime"

O médico Mário Bonciani é fiscal do Ministério do Trabalho junto ao Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho da DRT de São Paulo. Acompanhou a fiscalização na Eletro Cloro.



Bonciani: fiscalizando os patrões

"Hoje nós vemos o trabalhador sendo explorado de forma violenta, com as condições de trabalho precaríssimas. Raramente você tem uma atividade produtiva respeitando a saúde do trabalhador. Os órgãos oficiais, como Ministério do Trabalho, Fundacentro, Secretaria de Relações do Trabalho são incompetentes para fazer avaliações ambientais; são poucos os laboratórios que fazem exames médicos para intoxicação e avaliação de ambiente. Durante muito tempo os técnicos que se tinha na área de medicina e segurança do trabalho eram ligados aos patrões, sendo que muitas vezes defendiam mais os interesses patronais do que a saúde do trabalhador.

"Desde a criação do Diesat, há uns cinco anos atrás, o

lho, da Secretaria do Trabalho, Secretaria de Saúde e outros órgãos.

"Há cerca de um ano os sindicatos têm movimentado o ministério público no sentido de responsabilizar o patronato criminalmente e civilmente por não respeitarem a saúde do trabalhador. Há 15 dias atrás, pela primeira vez eu tive oportunidade de acompanhar um diretor de empresa, da Matarazzo, sentar na cadeira dos réus para justificar o caso de intoxicação com benzeno que houve na fábrica há dois anos.

"A gente tem discutido a nível de Constituinte uma maneira de responsabilizar civil e criminalmente o empregador que expor o trabalhador em ambientes que provoquem doenças ou acidentes de trabalho. Casos deste tipo devem ser penalizados como crimes, como ocorre em outros países. Não só o patronato mas também médicos e engenheiros que não assumam responsabilidade neste sentido devem ser indiciados".

Dora: "Sem proteção no campo"

Dora Elisa Tolosa é médica do trabalho do Departamento de Saúde Pública da Unesp de Botucatu e fala

sobre a situação no interior.

"Com o Programa de Saúde do Trabalhador iniciado em meados de novembro com a participação de vários sindicatos de Botucatu, chegamos às seguintes conclusões: todos os trabalhadores da cidade e da região estão submetidos a uma jornada de trabalho superior às oito horas diárias, exigidas por lei; os trabalhadores estão expostos, na sua maioria, a gases tóxicos, solventes e ruídos. Aliás, deve-se salientar que o ruído elevado provoca surdez profissional e além disso o stress, que pode levar operários a ter pressão alta, gastrite, úlcera, dores de cabeça e tontura.

"Outro fator que prejudica de maneira geral a saúde dos trabalhadores é o 'turno noturno'. Já foi comprovado cientificamente que a jornada de trabalho no período noturno provoca um maior número de acidentes de trabalho, stress, além de tirar o operário do convívio social e político. Deve-se salientar também que as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) nas grandes empresas da região estão



A trágica situação no campo geralmente não sai nas estatísticas

impossibilitadas de agirem em favor dos operários, uma vez que estão todas ligadas aos chefes de setores. Em Botucatu, as análises executadas pelas Cipas simplesmente culpam os trabalhadores pelos acidentes. Na verdade, em 90% dos casos a culpa dos acidentes internos nas fábricas se deve ao processo produtivo e à falta de equipamentos específicos de segurança.

No campo, no interior, em abril, foram diagnosticados seis casos de intoxicação por agrotóxicos. As condições de trabalho dos bóias-frias são péssimas. Encontramos crianças com 11 anos de idade intoxicadas. As fazendas não dão aos trabalhadores máscaras de aplicação de agrotóxicos, sendo feita a aplicação sem nenhuma proteção. Também foi levantado que grande parte dos trabalhadores do campo na região de Botucatu não possuem registro em Carteira Profissional, o que os impede de terem acesso a qualquer tipo de assistência médica hospitalar gratuita.

Saúde vai mal em Botucatu

"A saúde do trabalhador em Botucatu, (SP), vai mal". Essa conclusão foi tirada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Botucatu, José Carlos Lourenção, depois de várias reuniões com grupos de médicos ligados à área de Medicina e Saúde do Trabalho, em um programa desenvolvido pelo Departamento de Saúde Pública da Unesp de Botucatu. Em novembro do ano passado os sindicatos dos Metalúrgicos, Trabalhadores Rurais e Bancários, junto com a médica Dora Elisa Tolosa, coordenadora do programa de Saúde do Trabalhador, iniciaram uma campanha para diagnosticar as doenças causadas pelas indústrias nos operários ligados à produção.

As primeiras conclusões deste trabalho mostram que os empregados trabalham acima das oito horas diárias; há falta de lazer e participação política; estão expostos a elevados índices

de solventes químicos, fibras de vidro e resinas.

CONTAMINAÇÃO COM PÓ

A Mold-Mix, com 500 metalúrgicos, é a maior infratora das normas de segurança em Botucatu. R.C. é operário, trabalha há cinco meses na empresa e disse à reportagem da **Tribuna Operária**: "Lá dentro é um Deus nos acuda. Você mexe com pó sem máscara específica". Numa blitz da Delegacia do Trabalho de Sorocaba, a Mold-Mix sofreu 12 autuações, como falta de médico no horário de funcionamento da empresa, exposição a alto índice de fumaça tóxica, alto índice de ruído, entre outros. Nos exames feitos em R.C. foram detectados em seu organismo 60% de chumbo, o que lhe "provocou emagrecimento e desmaios", segundo ele.

A Hidroplas e Brashidro, empresas da área química,

expõem seus empregados à solventes, fibras de vidro e resinas. Na Caio, fabricante de carrocerias de ônibus, os acidentes vem aumentando nos últimos meses em consequência do aumento da produção. No começo deste ano um operário morreu queimado e no ano passado o mesmo fato ocorreu com uma operária.

Atualmente os médicos e sindicalistas conseguiram que os médicos entrem dentro da fábrica para ver com seus próprios olhos o trabalhador no seu local de trabalho. "Somente assim pudemos ter noção das condições de trabalho a que estão expostos os trabalhadores", disse Dora Elisa. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, José Lourenção, acredita que esse programa vai dar muito subsídio à consciência do trabalhador. "Só assim ele passa a se preocupar com sua saúde", conclui.

(Haroldo Amaral - Renato Prado, sucursal de Botucatu)